



Novembro 2024  
N.º 06 | Ano 06

# BOLETIM DE ESTABILIDADE FINANCEIRA



Novembro 2024  
N.º 06 | Ano 06

# BOLETIM DE ESTABILIDADE FINANCEIRA



Novembro 2024  
N.º 06 | Ano 06

# BOLETIM DE ESTABILIDADE FINANCEIRA

**Edição**

Banco de Moçambique  
Departamento de Análise Macroprudencial  
Avenida 25 de Setembro  
Telefone: (+258) 21354600/700 Fax: (+258) 21 32 23 24/7 C. P. 423

**Layout:**

Gabinete de Comunicação e Imagem  
Telefone: (+258) 21354600/700 Fax: (+258) 21 421361

**Impressão**

Centro de Documentação e Informação  
Banco de Moçambique  
Telefone: (+258) 21354600/700 Fax: (+258) 21 421361

**Tiragem**

500 exemplares

## **Prefácio**

**A Lei Orgânica estabelece como uma das funções do Banco de Moçambique (BM), supervisionar as instituições de crédito e sociedades financeiras (ICSF).**

A supervisão das ICSF é feita com recurso à combinação de instrumentos microprudenciais e macroprudenciais que concorrem para assegurar a estabilidade do sistema financeiro.

**A estabilidade financeira pressupõe um sistema financeiro sólido, robusto e resiliente**, que reduza a possibilidade de ocorrência de perturbações que sejam suficientemente graves com impacto adverso na economia real.

**O BM implementa a política macroprudencial com o objectivo de preservar a estabilidade financeira, através do reforço da resiliência do sistema bancário a choques e desequilíbrios financeiros, e prevenção do risco sistémico.** Para o alcance deste objectivo, o BM dispõe de diversos instrumentos de política destinados a prevenir e mitigar o crescimento excessivo do crédito e da alavancagem, falta de liquidez no mercado, as concentrações de exposições, bem assim, a assumpção de riscos excessivos por parte de instituições sistemicamente importantes.

**A função de autoridade de resolução bancária do BM foi reforçada pela Lei n.º 20/2020, de 31 de Dezembro.** Este quadro legal fortalece os mecanismos e instrumentos de resolução de instituições em risco de inviabilidade ou de insolvência, assegurando uma intervenção tempestiva e a recuperação ou liquidação ordeira das mesmas minimizando desta forma repercussões negativas sobre o sistema financeiro.

**O Boletim de Estabilidade Financeira é um instrumento semestral de comunicação da política macroprudencial adoptada pelo BM.** Este boletim inclui as determinantes da conjuntura internacional e doméstica, bem como, a avaliação do risco sistémico que concorre para influenciar as decisões de política macroprudencial.

O Governador

**Rogério Lucas Zandamela**

## Índice Geral

Sumário Executivo .....	6
<b>I. SISTEMA FINANCEIRO INTERNACIONAL .....</b>	<b>9</b>
<b>II. SISTEMA FINANCEIRO DOMÉSTICO .....</b>	<b>14</b>
<b>2.1. Sector Bancário .....</b>	<b>14</b>
2.1.1. Níveis de Concentração do Sector Bancário .....	14
2.1.2. Estrutura do Balanço.....	15
2.1.3. Indicadores de Solidez Financeira .....	18
2.1.4. Instituições de Moeda Electrónica .....	23
2.1.5. Instituições de Crédito Domésticas de Importância Sistémica ....	23
2.2. Fundos de Pensões .....	27
2.3. Sector de Seguros .....	29
2.4. Mercado de Valores Mobiliários .....	30
<b>III. AVALIAÇÃO DO RISCO SISTÉMICO .....</b>	<b>34</b>
<b>IV. VULNERABILIDADES DO SISTEMA FINANCEIRO .....</b>	<b>37</b>
<b>V. DECISÕES DE POLÍTICA MACROPRUDENCIAL .....</b>	<b>42</b>
<b>Glossário.....</b>	<b>46</b>

## Gráficos

Gráfico 1: Economias Avançadas –Crescimento Anual do PIB Real .....	9
Gráfico 2: Economias de Mercados Emergentes – Crescimento Anual do PIB Real .....	9
Gráfico 3: Volatilidade do Preço das Acções dos EUA – Índice VIX .....	9
Gráfico 4: Rendimentos dos Títulos Públicos – Economias Avançadas .....	10
Gráfico 5: Rendimentos dos Títulos Públicos – Economias de Mercados Emergentes .....	10
Gráfico 6: Preços dos Imóveis – China .....	10
Gráfico 7: Rácio de Solvabilidade de Base (Rácio Tier I Capital) – Países da SADC.....	11
Gráfico 8: Rendibilidade dos Capitais Próprios – Países da SADC.....	11
Gráfico 9: Rácio de Crédito em Incumprimento – Países da SADC .....	11
Gráfico 10: Dívida Pública – Economias Avançadas.....	12
Gráfico 11: Dívida Pública – Economias de Mercados Emergentes .....	12
Gráfico 12: Principais Rubricas do Activo.....	16
Gráfico 13: Principais Rubricas do Passivo.....	17
Gráfico 14: Peso dos Depósitos por Moeda.....	17
Gráfico 15: Evolução e Composição dos Depósitos.....	17
Gráfico 16: Evolução do <i>Tier I</i> , <i>Tier II</i> , Fundos Próprios, Activos Ponderados pelo Risco e Rácio de Solvabilidade.....	18
Gráfico 17: Adequação de Capital.....	18
Gráfico 18: Qualidade de Crédito.....	20
Gráfico 19: Peso do NPL por Sectores de Actividade Económica.....	20
Gráfico 20: Estrutura do Crédito Reestruturado por Sectores de Actividade Económica – Junho 2024.....	21
Gráfico 21: Peso do Crédito Garantido por Imóveis sobre o Crédito Total .....	21
Gráfico 22: Evolução do ROA e ROE.....	22

Gráfico 23: Evolução do Rácio <i>Cost-to-Income</i> .....	22
Gráfico 24: Rácio de Transformação.....	23
Gráfico 25: NPL para Habitação, Construção e Obras Públicas.....	26
Gráfico 26: Crédito à Habitação, Construção e Obras Públicas .....	26
Gráfico 27: Taxa de Juro Indicativa para Habitação.....	26
Gráfico 28: Depósitos dos Fundos de Pensões no Sector Bancário.....	28
Gráfico 29: Aplicações dos Fundos de Pensões no MVM .....	29
Gráfico 30: Produção Global do Sector de Seguros .....	29
Gráfico 31: Peso das Aplicações do Sector de Seguros no MVM .....	30
Gráfico 32: Peso dos Sectores do Sistema Financeiro do MVM .....	31
Gráfico 33: Capitalização Bolsista.....	31
Gráfico 34: Peso dos Diversos Segmentos do MVM na Capitalização Bolsista.....	32
Gráfico 35: Estrutura da Dívida Pública Interna junto ao Sector Bancário .....	32
Gráfico 36: Peso do Volume de Transacções por Categoria de Valores Mobiliários .....	32
Gráfico 37: Taxas de Juros das Obrigações Cotadas na BVM e <i>Prime Rate</i> .....	33
Gráfico 38: Evolução do Índice do Risco Sistémico .....	34
Gráfico 39: Evolução das Categorias do Risco Sistémico .....	34
Gráfico 40: Eventos Climáticos Extremos em Moçambique .....	39
Gráfico 41: Impacto dos Choques Climáticos sobre o PIB .....	39
Gráfico 42: Evolução do Rácio de NPL.....	41
Gráfico 43: Ciclos Financeiro e de Negócios em Moçambique.....	43

## **Tabelas**

Tabela 1: Concentração do Sector Bancário – Índice de Herfindahl-Hirschman.....	15
Tabela 2: Principais Indicadores de Liquidez .....	23
Tabela 3: Estrutura das Fontes de Financiamento do Sector Bancário .....	23
Tabela 4: Posição do Balanço e Demonstração de Resultados das IME .....	23
Tabela 5: Indicadores de Solidez Financeira Seleccionados para D-SIBs.....	25
Tabela 6: Crédito Concedido às Seguradoras - Junho 2024 .....	29
Tabela 7: Seguro de Crédito no Sector Bancário - Junho 2024.....	29
Tabela 8: Emissões Cotadas na BVM.....	33
Tabela 9: <i>Stock</i> da Dívida Pública.....	37
Tabela 10: Distribuição do Crédito por Sectores de Actividade .....	41

## **Caixas**

Caixa 1: Crédito ao Sector Imobiliário .....	26
Caixa 2: Risco Climático e seu Impacto na Estabilidade Financeira.....	39
Caixa 3: Ciclos Financeiros e de Negócios em Moçambique .....	43
Caixa 4: O Papel do Fundo de Garantia de Depósitos na Estabilidade Financeira .....	44

## **Figura**

Figura 1. Canais de transmissão do risco climático ao risco financeiro .....	40
--	----

## **Anexo**

Anexo 1: Principais Indicadores de Solidez Financeira .....	48
---	----

## Siglas

BCI	Banco Comercial e de Investimentos, S.A.
BIM	Banco Internacional de Moçambique, S.A.
BM	Banco de Moçambique
BT	Bilhetes do Tesouro
BVM	Bolsa de Valores de Moçambique
CE	Crédito à economia
CE/PIB	Índice do crédito à economia sobre o produto interno bruto
D-SIBs	<i>Domestic systemically important banks</i> (Instituições de Crédito Domésticas de Importância Sistémica)
DTI	<i>Debt-to-income</i> (rácio entre o valor das prestações dos empréstimos e os rendimentos do mutuário)
EUA	Estados Unidos da América
FGD	Fundo de Garantia de Depósitos
FMI	Fundo Monetário Internacional
GAFI	Grupo de Acção Financeira Internacional
IME	Instituições de moeda electrónica
INE	Instituto Nacional de Estatística
ISSM	Instituto de Supervisão de Seguros de Moçambique
LICSF	Lei das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras
LTV	<i>Loan-to-value</i> (rácio entre o montante do empréstimo e o valor da garantia)
MVM	Mercado de Valores Mobiliários
NPL	<i>Non-performing loan</i> (crédito em incumprimento)
OT	Obrigações do Tesouro
PIB	Produto interno bruto
ROA	<i>Return on assets</i> (rendibilidade dos activos)
ROE	<i>Return on equity</i> (rendibilidade dos capitais próprios)
SADC	<i>Southern Africa Development Community</i> (Comunidade de Desenvolvimento da África Austral)

## Sumário Executivo

**Os mercados financeiros globais mantiveram-se resilientes, não obstante os crescentes riscos e vulnerabilidades.** No primeiro semestre de 2024, os mercados financeiros globais continuaram a mostrar resiliência, reflexo da estabilidade macroeconómica, consubstanciada na redução da inflação, e da dinâmica da actividade económica, num contexto de prevalência de riscos e vulnerabilidades para a estabilidade financeira.

Os riscos e vulnerabilidades globais centraram-se essencialmente nos sectores imobiliário e fiscal, sem descurar o aumento da incerteza em relação à postura futura da política monetária. Adicionalmente, o aumento de riscos cibernéticos, decorrentes do aumento da digitalização do sistema financeiro, o incremento dos riscos climáticos, as incertezas em relação ao desfecho dos processos eleitorais em vários países, e as crescentes tensões geopolíticas, com enfoque para o Médio Oriente, afectaram os pilares da estabilidade financeira internacional.

**A estabilidade financeira internacional continuou evidente no primeiro semestre de 2024, num contexto de redução das taxas de juro de política monetária.** A nível global, as taxas de juro apresentaram uma tendência decrescente na maior parte das economias. Adicionalmente, os mercados financeiros permaneceram estáveis e com tendência para melhoria no curto prazo. Ainda no semestre em análise, registou-se o reforço das ferramentas macroprudenciais ao nível dos bancos centrais, com o objectivo de minimizar o risco sistémico e assegurar a estabilidade financeira.

**No contexto nacional, o sistema financeiro registou um crescimento moderado.** No primeiro semestre de 2024, o sistema financeiro registou um abrandamento do ritmo de crescimento em termos acumulados, situando-se em 2,92 %, contra 6,13 % verificados em igual período do ano anterior, num cenário de aumento dos riscos e vulnerabilidades a nível interno e externo.

**O processo de normalização da taxa MIMO<sup>1</sup> contribui para reforçar os pilares da estabilidade financeira no médio prazo.** Seguindo a tendência das decisões de política monetária, a taxa de juro de referência para o crédito, a *prime rate*, continua a reduzir. O mesmo comportamento observa-se nas taxas de juro que os bancos praticam com os seus clientes.

**Relativamente ao sector bancário, os indicadores económico-financeiros mostram que continua rentável.** Os resultados líquidos do sector bancário registaram um crescimento anual de 9,90 % no período em análise, contra 9,15 % observados em igual período de 2023, sendo de destacar o contributo expressivo dos bancos de importância sistémica, com uma proporção equivalente a 66,58%.

Com efeito, os rácios de rendibilidade dos activos (ROA) e de rendibilidade dos capitais próprios (ROE) fixaram-se em 4,52 % e 18,75 % no semestre em análise, contra 4,64 % e 18,38 % observados no período homólogo de 2023, respectivamente.

**O sector bancário mantém-se sólido, capitalizado e resiliente.** O rácio de solvabilidade global fixou-se em 26,33 % em Junho de 2024, nível acima do mínimo regulamentar de 12,00 %. Por outro lado, o rácio de cobertura de liquidez de curto prazo fixou-se em 47,73 %, igualmente acima do mínimo regulamentar de 25 %.

**O rácio de crédito em incumprimento (rácio de NPL) apresenta uma tendência decrescente.** Em Junho de 2024, este indicador fixou-se em 8,30 %, após 10,58 % apurados no período homólogo de 2023, porém acima do limite máximo de 5,0 %, internacionalmente recomendado. Por seu turno, o rácio de cobertura do NPL fixou-se em 67,84 % em Junho de 2024, contra 70,61 % observados no período homólogo de 2023.

**O sector bancário continua a mostrar concentração no que concerne à quotas de mercado.** Em Junho de 2024, a actividade do sector bancário continua concentrada nos D-SIBs, com quotas dos activos, depósitos e créditos, respectivamente, de 61,73 %, 66,14 % e 54,53 %.

---

<sup>1</sup> Taxa de Juro de Política Monetária

**Os fundos de pensões evidenciaram ser uma fonte menos expressiva para o financiamento do sector bancário, entretanto, relevante para o Mercado de Valores Mobiliários (MVM).** Os depósitos dos fundos de pensões representavam 1,38 % do total de depósitos do sector bancário. Por seu turno, o peso do valor dos títulos detidos pelos fundos de pensões sobre o total dos títulos do sector do MVM foi de 29,52 %.

**O sector de seguros registou crescimento**, como reflexo do aumento do volume de negócios e da expansão do número de operadores no mercado. Com efeito, a produção global aumentou em 4,65 %, comparativamente ao período homólogo de 2023.

**O MVM continua a ser dominado por investimentos em títulos públicos.** Neste contexto, os títulos públicos são responsáveis por 85,21 % do total da capitalização bolsista e o sector bancário é o maior investidor neste mercado, sendo detentor de 32,21 % do valor total dos títulos nele cotados.

**O risco sistémico permanece no nível moderado.** Este comportamento foi influenciado pela manutenção dos riscos soberano, de mercado, de liquidez e de rendibilidade e solvência. Contrariamente a esta dinâmica, os riscos macroeconómico e de crédito registaram redução, decorrente da evolução favorável da inflação, da estabilidade cambial e da melhoria da qualidade do activo.

**Para absorver as potenciais perdas resultantes da materialização de riscos e vulnerabilidades no sistema financeiro, o BM decidiu manter todos os instrumentos da política macroprudencial em vigor.** Deste modo, o requisito de capital adicional para os D-SIBs e Quase D-SIBs permaneceram com os mínimos de 2,0 % e 1,0 %, respectivamente.

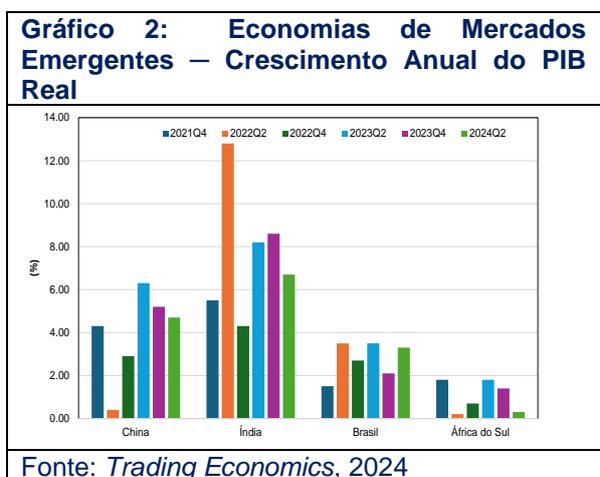
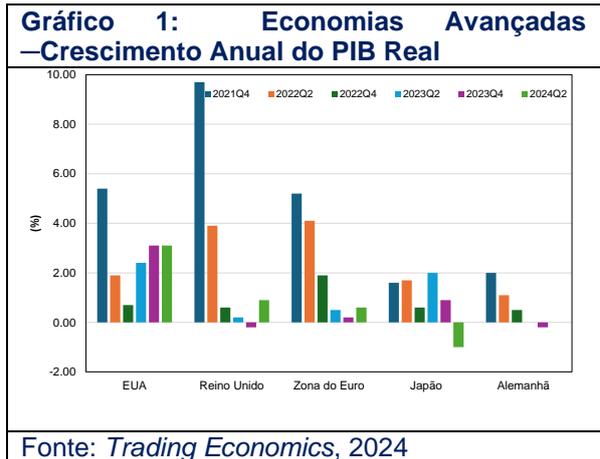
Adicionalmente, o rácio entre o montante do empréstimo e o valor da garantia (LTV) e o rácio entre o valor das prestações dos empréstimos e os rendimentos do mutuário (DTI), mantiveram-se com limites máximos de 100 %.

## I. SISTEMA FINANCEIRO INTERNACIONAL

Os mercados financeiros globais continuaram a mostrar resiliência no primeiro semestre de 2024, como resultado da dinâmica da actividade económica e desaceleração da inflação, num contexto de redução da taxa de juro de política monetária, ainda que as taxas de juro permaneçam em níveis elevados.

A valorização das acções e o aumento no retorno dos títulos corporativos, no semestre em análise, contribuíram para o desempenho positivo dos mercados financeiros globais.

Para além disso, o dinamismo observado nas economias avançadas e de mercados emergentes, no semestre em análise, contribuiu para a redução da volatilidade dos mercados financeiros globais, embora as últimas a um ritmo menor (gráficos 1, 2 e 3).



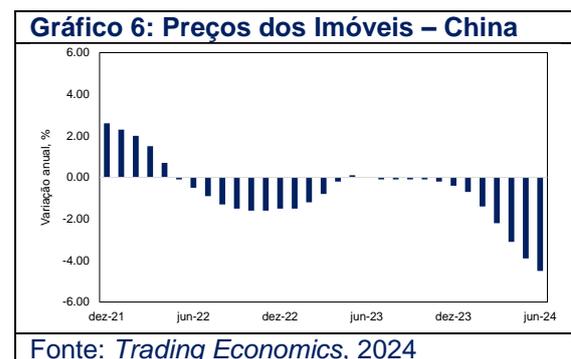
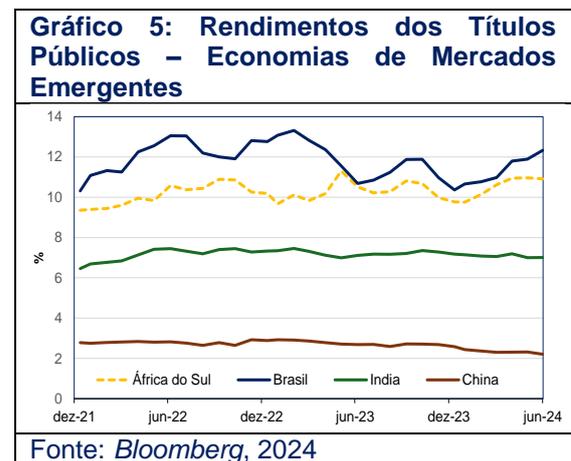
<sup>2</sup> Índice VIX é um indicador que estima a volatilidade esperada do mercado de acções dos Estados Unidos.

As taxas de juro, globalmente, continuam a mostrar uma tendência para desaceleração. Nas economias avançadas, as taxas de juro reais permanecem elevadas e os *spreads* dos empréstimos corporativos e soberanos diminuíram consideravelmente. Por outro lado, a maior parte das economias de mercados emergentes apresentaram forte apetite ao risco, a avaliar pelos investimentos realizados em títulos soberanos.

Os rendimentos das obrigações soberanas nas economias avançadas aumentaram como resultado de taxas de juro reais mais elevadas, o que contribuiu para menor atractividade da dívida das economias de mercados emergentes, resultando em menores fluxos de capital e maiores custos na contratação de novas dívidas para estas economias, exacerbando, deste modo, os seus défices fiscais (gráficos 4 e 5).

Apesar da relativa estabilidade dos mercados financeiros, prevalecem os riscos associados ao ramo imobiliário, dada a concentração de empréstimos deste segmento no sector bancário dos Estados Unidos da América (EUA) e da Zona do Euro, agravada pelas taxas de

juro, que continuam elevadas nestas economias, e pela contínua queda de preços dos imóveis na China (gráfico 6).

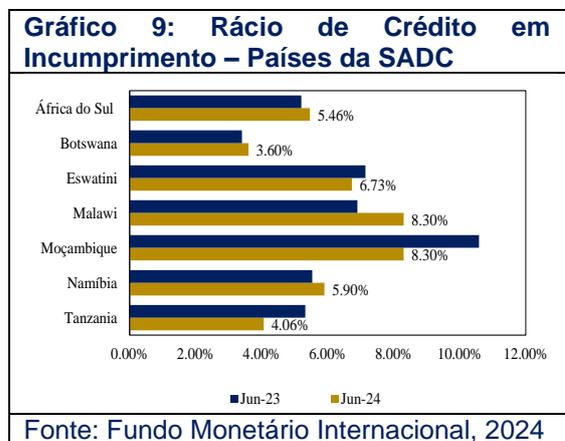
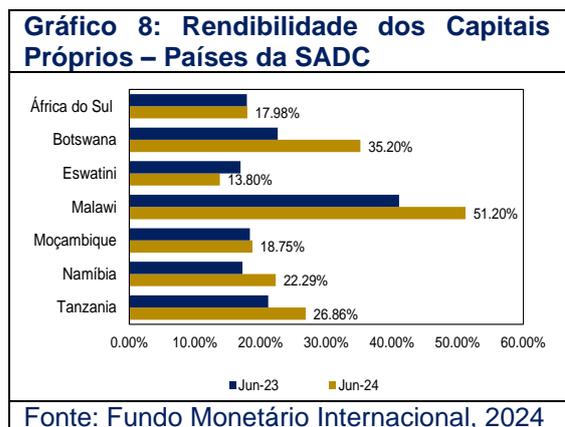


Os sectores bancários da região da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) mantêm-se estáveis e resilientes, com capacidade de absorver potenciais choques adversos no sector.

A análise comparativa dos níveis de capitalização, na região, permitiu aferir que os rácios de solvabilidade de base do sector bancário dos países são adequados, e que Moçambique apresenta um dos rácios mais elevados (gráfico 7).

No período em análise, os rácios de rentabilidade dos capitais próprios, na região, situaram-se em níveis satisfatórios (gráfico 8).

Contudo, o rácio de crédito em incumprimento, na maior parte dos países da região, situa-se acima do limite máximo de 5 %, internacionalmente recomendado, o que reforça a necessidade de monitoria deste indicador de qualidade do activo (gráfico 9).



No período em análise, prevalecem os riscos e vulnerabilidades com impacto na estabilidade financeira global. Destacam-se as vulnerabilidades do sector imobiliário e fiscal, assim como os riscos cibernéticos, climáticos e geopolíticos.

Os mercados financeiros globais continuaram expostos ao **sector imobiliário**, dada a concentração de empréstimos imobiliários no sector bancário dos EUA e da Zona do Euro, com potencial para afectar as perspectivas de estabilidade financeira.

Por seu turno, o mercado imobiliário chinês continua a ser caracterizado pelo declínio do preço dos imóveis.

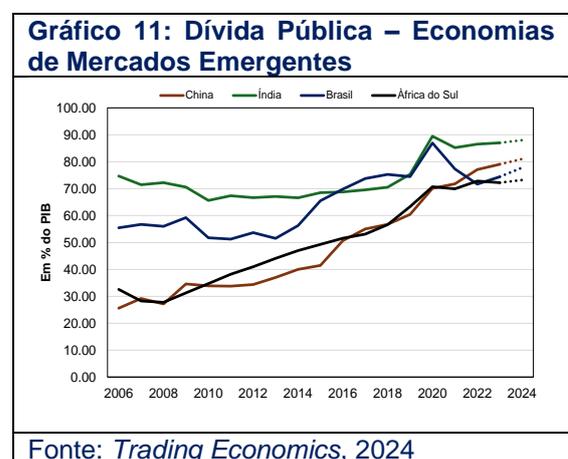
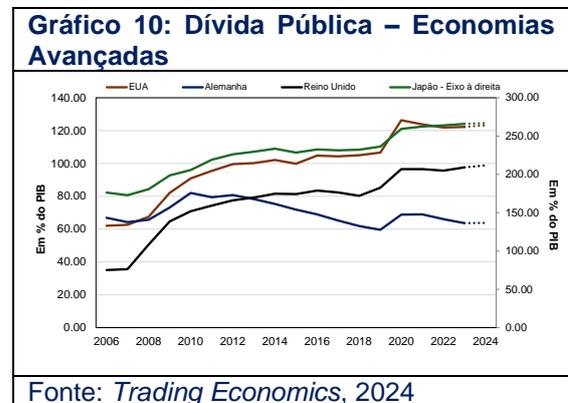
A manutenção de períodos mais longos de taxas de juro elevadas continuou a exacerbar as vulnerabilidades com impacto na estabilidade do sistema financeiro global.

Os níveis da **dívida pública** em relação ao produto interno bruto (PIB) aumentaram nas economias avançadas, impulsionados pelo aumento de gastos públicos.

Uma deterioração nas percepções do sistema financeiro sobre a trajectória

da dívida pública pode influenciar a volatilidade dos mercados financeiros globais, com potencial para restringir as condições de crédito para as famílias e empresas.

Para além disso, o actual **cenário geopolítico**, marcado por crescentes riscos e incertezas, pode colocar ainda mais pressão sobre os níveis de dívida pública, tanto das economias avançadas como das economias de mercados emergentes, com consequências negativas para a estabilidade financeira global (gráficos 10 e 11).



Os **incidentes cibernéticos** constituem uma das fontes mais visíveis dos riscos operacionais.

O *Global Financial Stability Report* de Outubro de 2024, uma publicação semestral do Fundo Monetário Internacional, perspectiva o aumento da manipulação nos mercados financeiros e dos riscos cibernéticos, em resultado da sofisticação das fraudes e da desinformação, num contexto de rápido avanço da inteligência artificial.

Os bancos estão também vulneráveis ao impacto adverso dos riscos físicos decorrentes de eventos relacionados com o clima, dada a sua exposição a determinadas áreas geográficas e sectores económicos sujeitos aos impactos das alterações climáticas.

No que diz respeito aos riscos de transição, os bancos com exposição significativa para sectores intensivos em carbono, como energia e transporte, correm maior risco de ser afectados por activos irrecuperáveis e aumento de incumprimento nos seus balanços.

As incertezas políticas associadas ao desfecho dos processos eleitorais em

vários países no presente ano, com destaque para as eleições americanas, podem aumentar as pressões sobre a dívida soberana, com potencial impacto nos mercados financeiros.

## **II. SISTEMA FINANCEIRO DOMÉSTICO**

**Os principais indicadores financeiros mostram que o sistema financeiro moçambicano continua estável, sólido e bem capitalizado, não obstante a prevalência de choques internos e externos. O sistema financeiro registou um crescimento acumulado de 2,92 % no primeiro semestre de 2024, contra 6,13 % verificados em igual período de 2023.**

### **2.1. Sector Bancário**

**O sector bancário manteve-se rentável e estável, com níveis de capitalização e liquidez adequados, e rentabilidade satisfatória, durante o primeiro semestre de 2024.** Nesse contexto, o rácio de solvabilidade global fixou-se em 26,33 %, cifra acima do mínimo regulamentar de 12,00 % e com capacidade de assegurar a manutenção de reservas de capital adicionais para a cobertura de eventuais choques e desequilíbrios financeiros.

Os resultados líquidos ascenderam a 16,10 mil milhões de meticais, representando um crescimento de 9,90 % em relação ao período homólogo de

2023. Deste resultado, 10,71 mil milhões de meticais (66,58 %) foram obtidos pelas três instituições de crédito domésticas classificadas como D-SIBs, nomeadamente BCI, BIM e Standard Bank.

Por outro lado, a liquidez do sector bancário continuou a apresentar níveis satisfatórios (47,73 %), acima do limite regulamentar do rácio de liquidez (25,00 %).

Entretanto, relativamente à qualidade dos activos, o rácio de NPL continua acima do limite máximo internacionalmente recomendado de 5,00 %, tendo-se fixado em 8,30 %, apesar da tendência decrescente nos últimos anos.

#### **2.1.1. Níveis de Concentração do Sector Bancário**

No período em análise, os D-SIBs representavam conjuntamente, 61,73 %, 66,14 %, e 54,53 % dos activos, depósitos e crédito do sector bancário, respectivamente, contra 60,99 %, 66,07 % e 54,07 % observados em igual período de 2023, e 60,78 %, 66,16 % e 54,37 % registados em Dezembro de 2023 (tabela 1).

O índice de Herfindahl-Hirschman <sup>3</sup> demonstra a prevalência de concentração da quota de mercado nos D-SIBs. No geral, nos últimos anos este indicador tem demonstrado uma tendência decrescente, revelando dinamismo e competição no sector.

Com efeito, verifica-se a conquista do mercado por parte de alguns bancos não D-SIBs.

Contudo, comparativamente ao período homólogo de 2023, as quotas de mercado dos activos, dos depósitos e dos créditos dos D-SIBs observaram variações positivas de 0,74 pontos percentuais (pp), 0,07 pp e 0,46 pp, respectivamente (tabela 1).

<b>Tabela 1: Concentração do Sector Bancário – Índice de Herfindahl-Hirschman</b>						
	dez-21	jun-22	dez-22	jun-23	dez-23	jun-24
<b>IHH - Activos</b>	<b>1501</b>	<b>1503</b>	<b>1533</b>	<b>1432</b>	<b>1410</b>	<b>1434</b>
Três maiores bancos (D-SIBs)	63.16%	63.67%	64.45%	60.99%	60.78%	61.73%
Cinco maiores bancos	76.67%	76.53%	77.74%	76.41%	75.68%	75.57%
Dez maiores bancos	91.05%	90.23%	89.77%	89.35%	88.55%	87.84%
<b>IHH - Depósitos</b>	<b>1703</b>	<b>1719</b>	<b>1707</b>	<b>1657</b>	<b>1657</b>	<b>1660</b>
Três maiores bancos (D-SIBs)	67.63%	68.45%	68.01%	66.07%	66.16%	66.14%
Cinco maiores bancos	82.39%	82.36%	82.04%	81.50%	81.43%	80.96%
Dez maiores bancos	94.62%	94.07%	93.68%	94.84%	95.24%	94.98%
<b>IHH - Créditos</b>	<b>1388</b>	<b>1342</b>	<b>1294</b>	<b>1286</b>	<b>1320</b>	<b>1365</b>
Três maiores bancos (D-SIBs)	56.80%	55.53%	54.23%	54.07%	54.37%	54.53%
Cinco maiores bancos	74.71%	73.20%	72.63%	72.51%	72.09%	72.29%
Dez maiores bancos	90.05%	90.23%	89.81%	90.17%	89.68%	90.50%

Fonte: BM, 2024

## 2.1.2. Estrutura do Balanço

### 2.1.2.1. Activo

A actividade bancária, avaliada pelo activo total, situou-se em 961,68 mil milhões de meticais, em Junho de 2024, o que representa um crescimento anual de 8,38 %, quando comparado com igual período de 2023, e 4,70 % em relação ao semestre anterior. Este desempenho reflecte o aumento dos investimentos decorrentes das aplicações em instituições de crédito e dos activos financeiros detidos para negociação.

Refira-se que o crescimento das aplicações em instituições de crédito resulta do aumento das operações do Mercado Monetário Interbancário, e de compra com acordo de revenda, assim como de aplicações efectuadas em outras instituições de crédito no estrangeiro e nas matrizes das próprias instituições. O aumento dos activos financeiros detidos para negociação, reflecte a dinâmica dos títulos de dívida pública.

O desempenho da carteira de crédito continua crucial para a evolução do

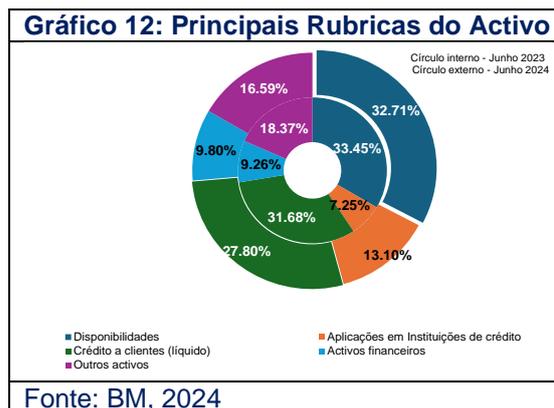
<sup>3</sup> O Índice de Herfindahl – Hirschman (IHH) é definido como a soma dos quadrados das quotas de mercado das firmas a operar num mercado, assim traduzindo o grau de concentração nesse mercado. Valores inferiores a 1000 indicam ausência de concentração, valores superiores

1800 indicam elevada concentração e valores entre 1000 e 1800 indicam concentração razoável. "Forum Think Finance - Internet, Fevereiro de 2012".

produto bancário, não obstante a contracção em 4,87 % registada no primeiro semestre de 2024, face a igual período de 2023, mantendo-se quase inalterado em relação ao semestre anterior.

Em Junho de 2024, o sector bancário continuou a privilegiar investimentos em activos de elevada liquidez e rendibilidade. As disponibilidades (314,61 mil milhões de meticais) e o crédito líquido (267,37 mil milhões de meticais) continuam a ocupar a primeira e segunda posições na estrutura do activo, com pesos de 32,71 % e 27,80 %, contra 33,45 % e 31,68 %, registados no período homólogo de 2023, e 32,68 % e 29,10 % apurados no semestre anterior, respectivamente.

No período em análise, as aplicações em instituições de crédito registaram um crescimento de 95,78 %, relativamente ao período homólogo de 2023, e 6,18 % face ao semestre anterior, ocupando deste modo a quarta posição, com a cifra de 13,10 % (gráfico 12).



### 2.1.2.2. Passivo

O passivo total do sector bancário fixou-se em 795,27 mil milhões de meticais, em Junho de 2024, representando um crescimento de 8,72 % e 6,43 % comparativamente a Junho e Dezembro de 2023, respectivamente. Na estrutura do passivo, os depósitos registaram uma redução de 1.47 pp no seu peso, comparativamente a Junho de 2023, ao fixar-se em 82,69 %, contudo continuam a ser a maior e a principal fonte de financiamento da actividade bancária (gráfico 13).

No período em análise, os depósitos fixaram-se em 642,61 mil milhões de meticais, equivalente a um crescimento de 10,64 % face ao período homólogo de 2023 e 5,99% em relação ao semestre anterior.

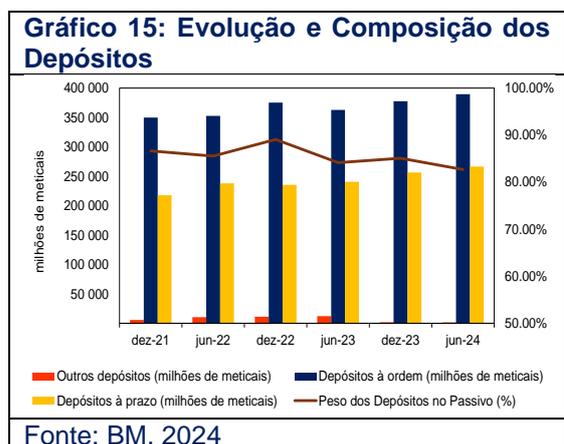
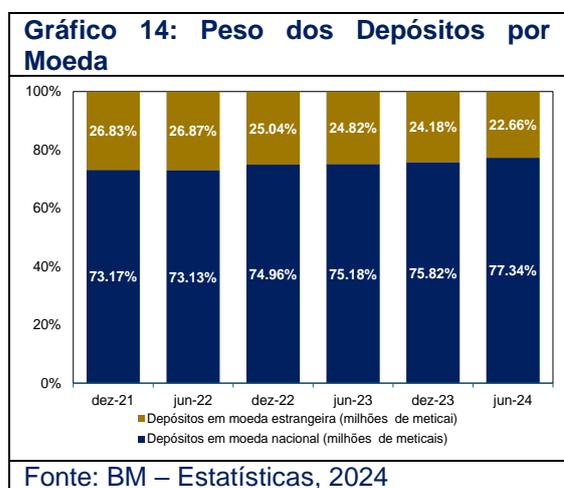
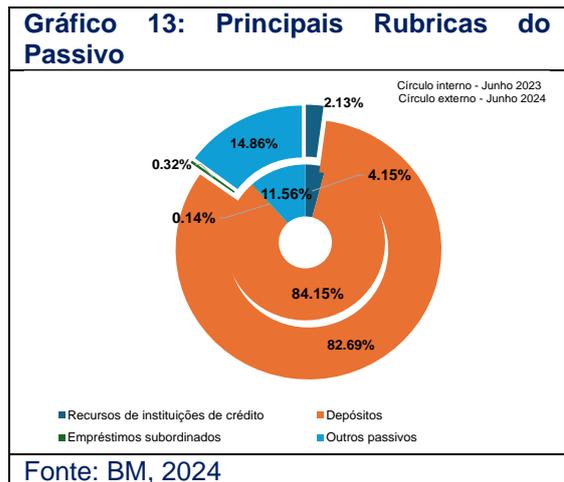
Este aumento reflecte, principalmente, a evolução dos depósitos de residentes, decorrente da dinâmica

concorrencial do mercado na captação de recursos.

Os depósitos em moeda nacional dominam a estrutura de recursos de clientes, com peso de 77,34 % sobre o total, e mantêm a tendência crescente observada nos últimos semestres. Com efeito, no primeiro semestre de 2024, esta rubrica ascendeu a 496,99 mil milhões de meticais, o equivalente a um crescimento de 13,82 % e 8,12 % face ao período homólogo de 2023 e semestre anterior, respectivamente (gráfico 14).

No geral, os depósitos em moeda estrangeira não registaram variações significativas em relação ao período homólogo e semestre anterior.

Quanto à estrutura de depósitos de clientes, os depósitos à ordem continuam mais expressivos na carteira total, tendo alcançado 389,62 mil milhões de meticais (59,25 %), seguidos dos depósitos à prazo, com 40,53 % (gráfico 15).



## 2.1.3. Indicadores de Solidez Financeira

### 2.1.3.1. Adequação de Capital

No primeiro semestre de 2024, os indicadores de adequação de capital mantiveram-se em níveis historicamente elevados. Com efeito, o rácio de solvabilidade global situou-se acima do mínimo regulamentar de 12,00 %, ao fixar-se em 26,33 %<sup>4</sup>, contra 23,34 % alcançados no período homólogo de 2023, e 25,68 % observados no semestre anterior.

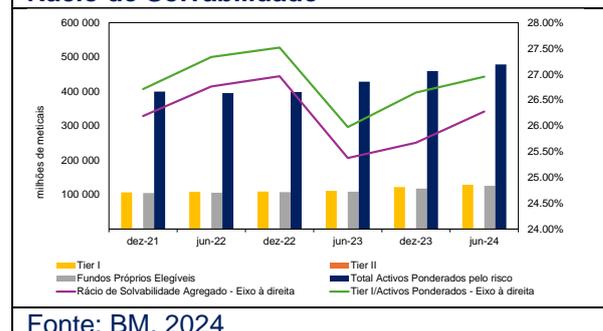
Esta variação homóloga de 2,99 pp, resulta do aumento mais do que proporcional dos fundos próprios totais (16,17 %) em relação aos activos ponderados pelo risco (2,96 %).

O rácio de solvabilidade de base<sup>5</sup> observou a mesma tendência ao passar de 23,87 % para 27,01 %, perspectivando-se um incremento por via de incorporação de resultados positivos do exercício económico transacto, tomando em consideração a forte dependência do rácio de solvabilidade em relação às variações nos fundos próprios de base.

<sup>4</sup> O rácio de solvabilidade global inferior ao rácio de solvabilidade de base é explicado pelas deduções ocorridas após o cálculo dos Fundos Próprios Totais, nomeadamente pelo valor do imobilizado recebido em

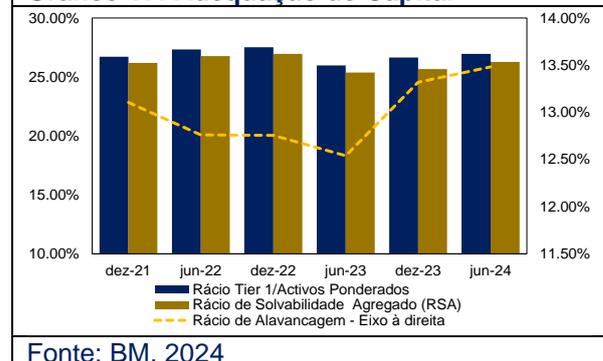
Em geral, os elevados níveis de capitalização evidenciados pelo rácio de solvabilidade, revelam que o sector bancário nacional continua sólido e estável e que as perturbações que ocorreram no mercado financeiro internacional, não exerceram qualquer pressão notável sobre os fundos próprios das instituições. Essa condição deveu-se ao facto de as instituições de crédito que operam no país não estarem materialmente expostas ao referido mercado.

**Gráfico 16: Evolução do Tier I, Tier II, Fundos Próprios, Activos Ponderados pelo Risco e Rácio de Solvabilidade**



Fonte: BM, 2024

**Gráfico 17: Adequação de Capital**



Fonte: BM, 2024

reembolso de crédito próprio e pelo valor que excede os limites de concentração de risco nos termos do Aviso nº15/GBM/2013.

<sup>5</sup> Tier I sobre os activos ponderados pelo risco.

Adicionalmente, a predominância de bancos com rácio de solvabilidade acima do mínimo regulamentar, incluindo os bancos de importância sistémica, confere ao sector bancário, maior capacidade para absorver eventuais perdas de magnitude significativa sobre o balanço e resultados, assegurando a continuidade da sua função de intermediação financeira (gráfico 16).

O rácio de alavancagem, que mede a dimensão em que os activos são financiados pelos capitais próprios, no período em análise, fixou-se em 13,48 %, contra 12,54 % observados no período homólogo de 2023, e 13,32 % alcançados no semestre anterior (gráfico 17).

#### **2.1.3.2. Qualidade de Activos**

O rácio de NPL continuou a registar uma tendência decrescente, todavia, no semestre em análise manteve-se quase inalterado, situando-se em 8,30 %, contra 8,23 % alcançados no semestre anterior e 10,58 % observados no período homólogo de 2023, continuando acima do limite máximo de 5,0 %, internacionalmente recomendado.

O crédito em incumprimento totalizou 26,70 mil milhões de meticais contra 33,41 mil milhões de meticais e 26,50 mil milhões de meticais registados no período homólogo de 2023 e no semestre anterior, respectivamente, o que representa uma redução de 20,24 % face ao período homólogo de 2023 e um aumento de 0,004% relativamente ao semestre anterior.

A contracção do crédito em incumprimento foi mais evidente nos D-SIBs. Esta tendência para contracção deriva, entre outros factores, da prudência na avaliação do risco e de recuperações por parte das instituições do sector bancário, sem descurar a melhoria do ambiente económico-financeiro pós-pandemia.

O rácio de cobertura do NPL revela uma redução gradual ao longo do tempo, fixando-se em 67,84 %, contra 70,61 % alcançados no período homólogo de 2023 e 66,02 % observados no semestre anterior (gráfico 18).

Em termos de distribuição do peso do NPL por sectores de actividade económica, a maior concentração registou-se no Comércio, com 29,50 %, seguido de Transportes e

Comunicações, com 22,92 %, e Indústria, com 18,58 % (gráfico 19).

No período em análise, o crédito reestruturado total ascendeu a 27,58 mil milhões de meticais, representando 9,62 % da carteira total de crédito. O sector de Transportes e Comunicações apresenta um peso de 39,57 % no total do crédito reestruturado, seguido de Comércio, com 13,09 %, Construção e Obras Públicas, com 9,68 %, e os demais sectores que totalizam 37,65 % (gráfico 20).

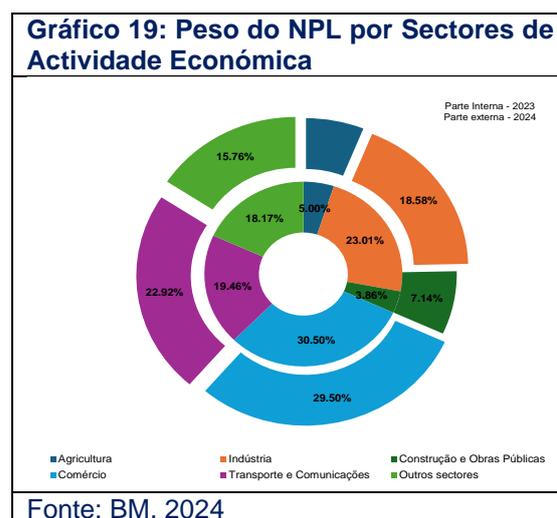
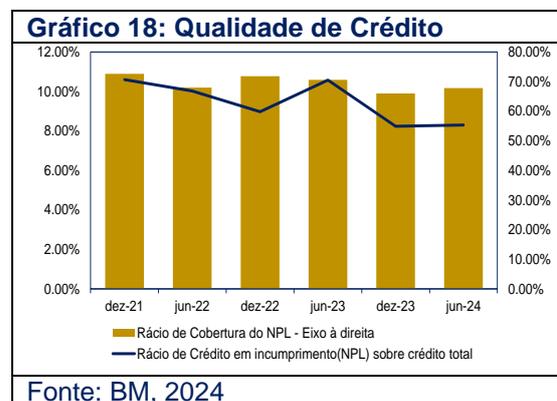
### 2.1.3.3. Crédito Garantido por Imóveis

**Baixa exposição do sector bancário em relação aos financiamentos garantidos por imóveis.**

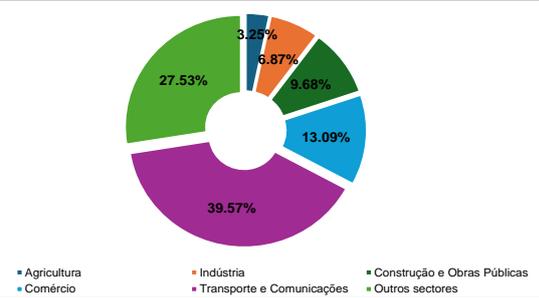
No período em análise, o volume de crédito garantido por imóveis fixou-se em 22,53 mil milhões de meticais, correspondente a 7,85 % da carteira total. Os D-SIBs representam 44,67 % dos financiamentos garantidos por imóveis (gráfico 21).

### 2.1.3.4. Rendibilidade

O desempenho favorável da margem financeira continua com um contributo significativo para a evolução dos resultados, representando um peso de 66,25 % sobre o produto bancário, embora registe uma queda ligeira de 1,51 % face ao período homólogo de 2023. Adicionalmente, as comissões líquidas e os resultados em operações financeiras representam 14,70 % e 10,79 %, respectivamente.

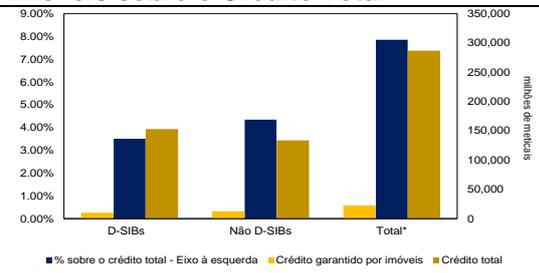


**Gráfico 20: Estrutura do Crédito Reestruturado por Sectores de Actividade Económica – Junho 2024**



Fonte: BM, 2024

**Gráfico 21: Peso do Crédito Garantido por Imóveis sobre o Crédito Total**



Fonte: BM, 2024

Refira-se que a redução da margem financeira é sustentada pelo crescimento mais que proporcional dos juros e encargos, comparativamente aos juros e proveitos.

Dados históricos revelam que o *diferencial* das taxas de juro entre operações activas e passivas não observa variações consideráveis, apesar da prevalência da pressão competitiva que tem caracterizado o sector bancário moçambicano.

No período em análise, o resultado líquido atingiu 16,09 mil milhões de meticais, o que traduz um aumento de 9,90 % em relação ao período

homólogo de 2023. Esta variação é justificada pelo incremento dos outros resultados de exploração em 1,32 mil milhões de meticais, influenciada, essencialmente, pela evolução positiva dos ganhos provenientes de activos não financeiros.

A evolução homóloga dos resultados revela que, nos últimos três anos, os resultados do exercício cresceram a taxas voláteis, reflectindo, em parte, a desaceleração no crescimento da margem financeira que resulta, entre outros factores, do estreitamento e/ou alargamento do *spread* entre as taxas de juro de crédito e de depósitos, que não tem sido compensado pelo efeito volume.

Os principais indicadores de rentabilidade designadamente ROA, ROE, rácio *cost-to-income* e rácio de margem financeira continuam em níveis confortáveis.

No período em análise, o ROA e ROE fixaram-se em 4,52 % e 18,75 %, contra 4,64 % e 18,38 % observados no período homólogo de 2023, respectivamente (gráfico 22).

O peso da margem financeira no produto bancário situou-se em 66,25 %, contra 69,03 % observados no

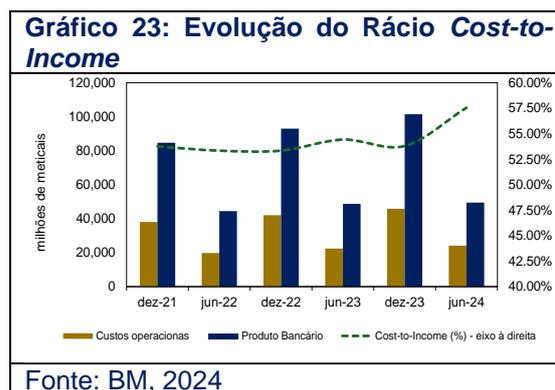
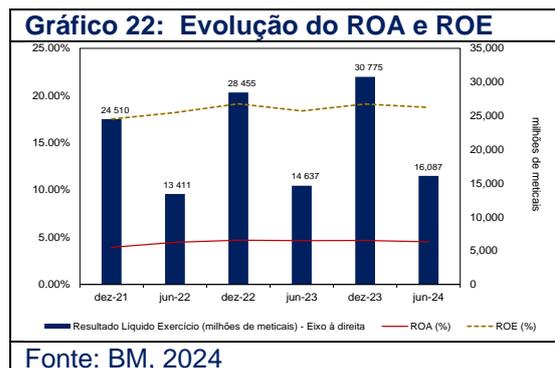
período homólogo do ano anterior, o que evidencia a redução da contribuição da intermediação financeira na geração dos resultados.

O rácio *cost-to-income* fixou-se em 57,55 %, o que representa um ligeiro aumento de 3,13 pp, quando comparado com o período homólogo de 2023, explicado, principalmente, pelo incremento dos custos operacionais em 8,02 %.

De salientar que o incremento dos custos operacionais resultou de aumentos registados na remuneração de colaboradores do sector bancário, subsídios, encargos com fundos de pensões e contratação de pessoal, impulsionada principalmente pelas iniciativas de expansão e inovação digital (gráfico 23).

#### 2.1.3.5. Liquidez e Gestão de Fundos

No período em análise, os indicadores de liquidez cresceram relativamente ao período homólogo do ano anterior, assegurando a continuidade das operações de financiamento do sector bancário (tabela 2).



O crescimento dos depósitos de clientes, acompanhado pela diminuição do crédito a clientes, reflectiu-se na redução do rácio de transformação dos depósitos em crédito, que passou de 49,35 %, em Junho de 2023, para 43,40 %, em Junho de 2024 (gráfico 24).

No período em análise, os depósitos alcançaram um peso de 97,08 % do total dos recursos, seguido de recursos de instituições de crédito, com 2,50 %. As restantes rubricas mantiveram um peso residual (tabela 3).

**Tabela 2: Principais Indicadores de Liquidez**

Descrição	dez-21	jun-22	dez-22	jun-23	dez-23	jun-24
Rácio activos líquidos/depósitos totais	67,98%	68,54%	69,49%	44,77%	49,62%	51,07%
Rácio activos líquidos/total do activo	47,89%	48,65%	50,50%	30,72%	34,36%	34,92%
Rácio de cobertura de liquidez de curto prazo	68,30%	68,81%	69,79%	42,07%	47,42%	47,73%
Rácio de transformação dos depósitos em crédito	50,22%	48,07%	47,06%	49,35%	44,90%	43,40%

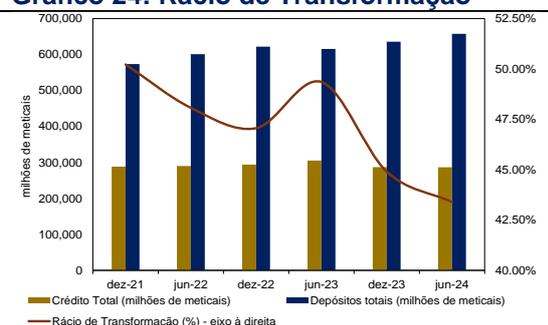
Fonte: BM, 2024

**Tabela 3: Estrutura das Fontes de Financiamento do Sector Bancário**

	dez-21	jun-22	dez-22	jun-23	dez-23	jun-24
Depósitos	98,28%	98,02%	98,76%	95,15%	96,37%	97,08%
À ordem	59,97%	57,53%	59,62%	56,09%	57,24%	57,52%
À prazo	37,32%	38,80%	37,37%	37,18%	38,87%	39,34%
Outros	1,00%	1,70%	1,78%	1,87%	0,26%	0,22%
Recursos de Bancos Centrais	0,14%	0,12%	0,10%	2,22%	0,75%	0,04%
Empréstimos Subordinados	0,20%	0,16%	0,15%	0,16%	0,51%	0,37%
Recursos de instituições de crédito	1,38%	1,70%	0,99%	2,47%	2,38%	2,50%

Fonte: BM, 2024

**Gráfico 24: Rácio de Transformação**



Fonte: BM, 2024

### 2.1.4. Instituições de Moeda Electrónica

No primeiro semestre de 2024, a actividade do sector bancário continuou a ser marcada pelo desenvolvimento de novos produtos, assim como pela expansão dos serviços financeiros e de canais de distribuição digitais.

As disponibilidades em instituições de crédito dominam a estrutura do activo patrimonial das instituições de moeda electrónica, com peso de 89,32 % dos activos totais, no período em análise,

<sup>6</sup> Segundo o Aviso nº10/GBM/2018, são aquelas cujo desequilíbrio financeiro ou insolvência pode causar uma

contra 92,08 % no período homólogo de 2023.

Os recursos de clientes continuaram a representar o maior passivo no balanço deste segmento de instituições com um peso de 86,54 % sobre o total (contra 87,21 % de Junho de 2023).

Em Junho de 2024, os resultados líquidos fixaram-se em 1,44 mil milhões de metcais contra 0,8 mil milhões de metcais alcançados no período homólogo de 2023, que pela natureza das instituições de moeda electrónica, são constituídos, fundamentalmente, por comissões, que representam 80,75 % dos resultados (tabela 4).

**Tabela 4: Posição do Balanço e Demonstração de Resultados das IME**  
Milhões de metcais

Descrição	Jun-23	Peso (%)	Jun-24	Peso (%)	variação
Disponibilidades em IC's	15,458.4	92,08%	18,002.8	89,32%	16,46%
Outros activos	1,330.0	7,92%	2,153.0	10,68%	61,88%
<b>Activos totais</b>	<b>16,788.4</b>	<b>100,00%</b>	<b>20,155.8</b>	<b>100,00%</b>	<b>20,06%</b>
Recursos de Clientes	10,163.3	87,21%	11,946.0	86,54%	17,54%
Outros passivos	1,490.9	12,79%	1,858.8	13,46%	24,68%
<b>Passivo Total</b>	<b>11,654.2</b>	<b>100,00%</b>	<b>13,804.8</b>	<b>100,00%</b>	<b>18,45%</b>
Margem Financeiro	187.7	9,05%	315.9	9,43%	68,26%
Comissões	2,665.7	80,75%	2,704.9	80,75%	1,47%
Produto Bancário	2,073.7	100,00%	3,349.6	100,00%	61,53%
<b>Resultados Líquidos</b>	<b>846.3</b>		<b>1,442.4</b>		<b>70,43%</b>

Fonte: BM, 2024

### 2.1.5. Instituições de Crédito Domésticas de Importância Sistémica<sup>6</sup>

No semestre em análise, o BM apurou três D-SIBs, designadamente BCI, BIM e Standard Bank, cujos indicadores de solidez financeira continuaram, no

perturbação significativa no sistema financeiro e na actividade económica no seu todo.

geral, em níveis confortáveis, com a excepção do rácio de NPL (tabela 5).

#### **2.1.5.1. Adequação de Capital**

Os D-SIBs cumpriram com os requisitos mínimos regulatórios para os principais rácios de adequação de capital. Com efeito, os rácios de solvabilidade global e de base ascenderam a 27,25 % e 28,22 %, contra 24,67 % e 27,54 % observados no período homólogo de 2023, e 27,39 % e 28,32 % alcançados no semestre anterior, respectivamente, revelando capacidade destas instituições para absorver potenciais perdas resultantes de choques adversos sobre o seu balanço.

#### **2.1.5.2. Qualidade de Activos**

Em Junho de 2024, o rácio de NPL dos D-SIBs situou-se ligeiramente abaixo da média do sistema (8,30 %), ao fixar-se em 7,75 %, coberto em 49,81 % pelas provisões específicas (67,84 % do sistema).

#### **2.1.5.3. Rendibilidade**

No primeiro semestre de 2024, os resultados líquidos dos D-SIBs apresentaram uma trajectória

crescente, porém a ritmos decrescentes, tendo alcançado 10,71 mil milhões de meticais, equivalente a um crescimento de 0,69 % comparativamente ao período homólogo de 2023.

O desempenho favorável dos resultados dos D-SIBs reflectiu-se no nível de rendibilidade satisfatório, tendo-se o ROA fixado em 1,90 % e o ROE em 10,67 %.

#### **2.1.5.4. Liquidez e Gestão de Fundos**

Os depósitos dos D-SIB's ascenderam a 434,9 mil milhões de meticais contra 399,9 mil milhões de meticais registados no período homólogo de 2023, o que corresponde a um crescimento anual de 8,75 %<sup>7</sup>.

O crescimento, mais do que proporcional dos activos líquidos dos D-SIBs face aos passivos de curto prazo, reflectiu-se no incremento do rácio de cobertura de liquidez de curto prazo fixando-se em 49,88 %, contra 44,48 % registados no período homólogo do ano anterior, e 47,73 % observados no sector bancário.

A evolução dos depósitos não compensada pelo desempenho positivo da carteira de activos

---

<sup>7</sup> Deste total, 59,59% correspondem aos depósitos à ordem.

contribuiu para o crescimento do rácio activos líquidos/depósitos totais, tendo-se fixado em 54,16 %, contra 47,08 % registados em igual período de 2023.

O rácio de transformação observou uma trajectória decrescente influenciada pela redução homóloga da carteira de crédito em 5,15 pp fixando-se em 35,20 %, no período em análise (tabela 5).

**Tabela 5: Indicadores de Solidez Financeira Seleccionados para D-SIBs**

Descrição	jun-23		dez-23		jun-24	
	D-SIBs	Sistema	D-SIBs	Sistema	D-SIBs	Sistema
<b>Adequação de capital</b>						
Rácio de solvabilidade agregado	24.67%	23.34%	27.39%	25.68%	27.25%	26.33%
Rácio Tier I / Activos ponderados pelo risco	27.54%	23.87%	28.32%	26.65%	28.22%	27.01%
<b>Qualidade de activos</b>						
Rácio do NPL	10.06%	10.58%	7.17%	8.23%	7.75%	8.30%
Rácio de cobertura do NPL	60.85%	70.61%	49.09%	66.02%	49.81%	67.84%
<b>Rendibilidade</b>						
ROA	1.97%	4.64%	4.16%	4.66%	1.90%	4.52%
ROE	11.22%	18.38%	23.35%	19.11%	10.67%	18.75%
<b>Liquidez e gestão de fundos</b>						
Rácio de cobertura de liquidez de curto prazo	44.48%	42.07%	50.63%	47.42%	49.88%	47.73%
Rácio activos líquidos sobre depósitos totais	47.08%	44.28%	53.60%	49.62%	54.16%	51.07%
Rácio de transformação dos depósitos em crédito	40.35%	49.35%	38.19%	44.90%	35.20%	43.40%

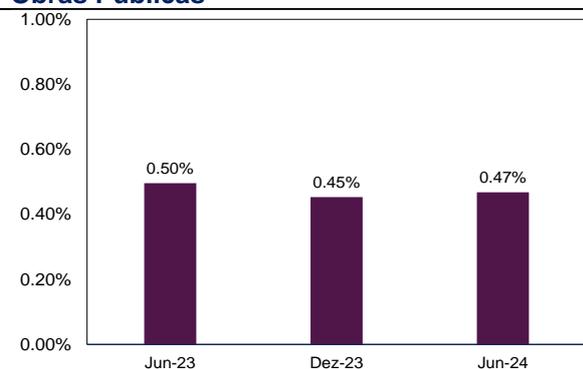
Fonte: BM, 2024

## Caixa 1: Crédito ao Sector Imobiliário

A 30 de Junho de 2024 o crédito à habitação, construção e obras públicas representava cerca de 8,85 % do crédito total e o peso do crédito garantido por imóveis pelo crédito total foi de 7,85 %. Estas cifras, aliadas ao nível de NPL de 0,47 % para estes sectores, revelam que o sector bancário apresenta uma exposição ao risco de crédito para o sector imobiliário bastante reduzida, com impacto reduzido para a estabilidade do sistema financeiro (gráfico 25).

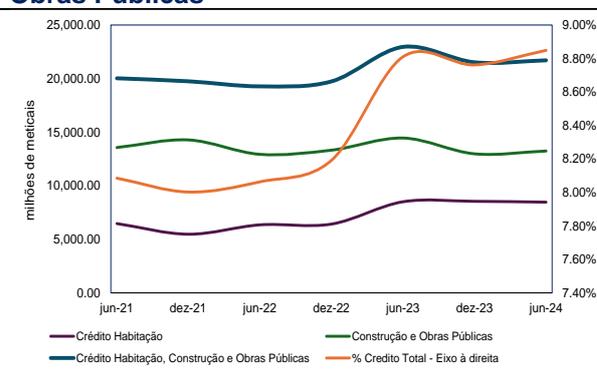
Nos últimos anos, o sector imobiliário vem demonstrando um crescimento assinalável, com o surgimento de novos e imponentes edifícios, tanto para fins habitacionais como para o exercício da actividade comercial e serviços públicos. O crescimento do parque imobiliário contrasta com a tendência quase estável do crédito aos sectores de habitação, construção e obras públicas verificada nos últimos anos (gráfico 26), remetendo-nos a reservas em relação a determinados investimentos imobiliários com recurso ao financiamento

**Gráfico 25: NPL para Habitação, Construção e Obras Públicas**



Fonte: BM

**Gráfico 26: Crédito à Habitação, Construção e Obras Públicas**



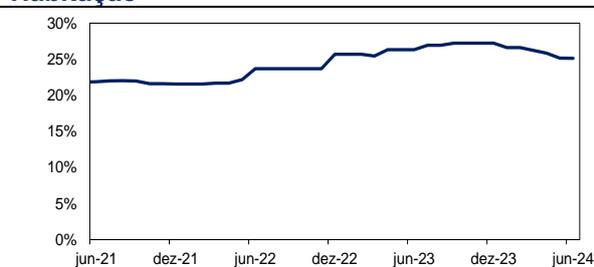
Fonte: BM

bancário.

Adicionalmente, os empréstimos à habitação têm sido constrangidos pelo baixo rendimento disponível para as famílias (PIB *per capita* de cerca de USD 646,00), aliado ao histórico de altas taxas de juros para habitação, praticadas pelos bancos comerciais (gráfico 27).

No mercado imobiliário moçambicano, os preços praticados não são tabelados, são meramente especulativos, com o agravante de não existir um critério formal para a sua aplicação, não obstante a existência de agentes autorizados para o exercício da actividade de intermediação imobiliária. Este facto constitui um imperativo para a avaliação da relação dos indicadores económico-financeiros *versus* a valorização dos imóveis.

**Gráfico 27: Taxa de Juro Indicativa para Habitação**



Fonte: BM

## 2.2. Fundos de Pensões<sup>8</sup>

O sector de fundos de pensões evidenciou, no período em análise, ser uma fonte de financiamento relevante para o sector do MVM e menos expressiva para o sector bancário, que possui uma base mais ampla de fontes de financiamento.

Devido às suas características, pressupõe-se que as instituições de fundos de pensões desempenhem um papel contributivo positivo para a estabilidade financeira, através dos seus efeitos em cadeia, nomeadamente: (i) aumento da poupança; (ii) aumento da disponibilidade de capital estável e de longo prazo; e (iii) redução da volatilidade nos mercados de capitais.

Com efeito, as instituições de fundos de pensões captam poupanças dos seus participantes com o compromisso de reembolso na forma de benefícios de pensão no longo prazo, estando, entretanto, impossibilitados de envolver-se em investimentos de alto risco devido a restrições regulamentares.

---

<sup>8</sup> Para efeitos da presente análise, constituído por fundos obrigatórios e complementares.

De igual modo, estas instituições são, geralmente, proibidas de contrair empréstimos e utilizar títulos derivados para fins especulativos. Por outro lado, dada a sua perspectiva de longo prazo, estão mais bem posicionados (dependendo da sua dimensão) para adquirir activos de venda imediata de outros investidores institucionais, particularmente em tempos de crise financeira.

Nesta perspectiva, como consequência desse possível comportamento anticíclico (comprar na época baixa e vender na época alta), as instituições podem aproximar os preços dos activos dos seus valores fundamentais e, assim, estabilizar os mercados financeiros.

### 2.2.1. Peso dos Depósitos dos Fundos de Pensões

A 30 de Junho de 2024, o montante de depósitos dos fundos de pensões (obrigatórios e complementares<sup>9</sup>) atingiu cerca de 9,07 mil milhões de meticais, que comparado a Junho do ano precedente (18,2 mil milhões de

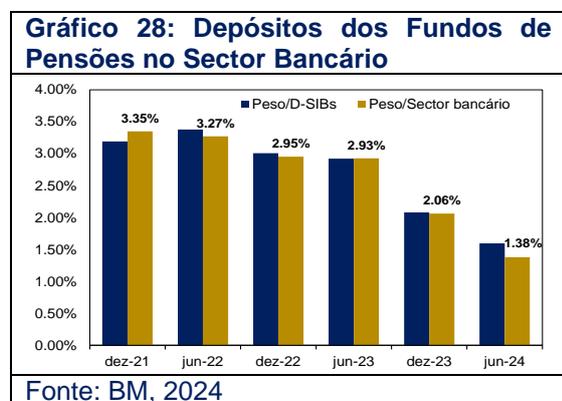
<sup>9</sup> A segurança social complementar visa reforçar as prestações da segurança social obrigatória (Decreto n.º 25/2009, de 17 de Agosto, do conselho de ministros).

meticais), reflecte uma redução em cerca de 50 %.

Esta redução está associada ao aumento de investimentos em instrumentos de longo prazo transaccionados no mercado de valores mobiliários, em detrimento de aplicações de curto prazo no sector bancário.

No período em referência, o peso dos depósitos dos fundos de pensões sobre o total dos depósitos do sector bancário foi de 1,38 %, contra 2,93 % registados no período homólogo de 2023.

Esta redução do peso dos depósitos junto ao sistema bancário vem demonstrar que os recursos dos fundos de pensões tendem a ser uma fonte de financiamento de menor peso com impacto pouco expressivo na avaliação do risco de liquidez (gráfico 28).



## 2.2.2. Peso dos Fundos de Pensões no MVM

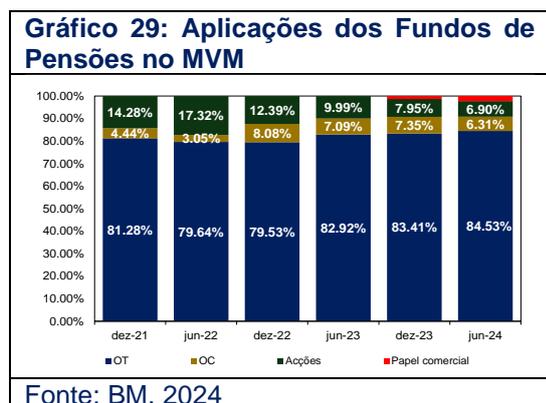
A evolução do peso do valor dos títulos na posse dos fundos de pensões sobre o total do valor dos títulos no MVM evidenciou uma tendência crescente (gráfico 29).

No período em análise, o peso do valor dos títulos detidos pelos fundos de pensões sobre o total dos títulos do MVM foi de 29,52 %, o que representa uma evolução de 7,58 pp, comparativamente ao período homólogo de 2023 (22,94 %).

Esta tendência, em sentido diferente daquela observada com relação à dinâmica do peso dos depósitos dos fundos de pensões sobre o total dos depósitos do sector bancário, atesta que os gestores destes fundos estão cada vez mais a investir os seus recursos no MVM, preferencialmente em detrimento dos depósitos bancários.

À semelhança do apetite ao risco soberano evidenciado pelo sector bancário, os investimentos dos fundos de pensões no MVM também estão concentrados nas obrigações do Tesouro (OT), em detrimento dos outros títulos disponíveis no mercado de capitais, ficando desta forma,

também, expostos ao risco soberano (gráfico 29).



## 2.3. Sector de Seguros

No primeiro semestre de 2024, o mercado segurador registou uma produção de 11,27 mil milhões de meticais, o que representa um crescimento de 4,65 % em comparação com o período homólogo de 2023.

Este crescimento anual é reflexo do aumento do volume de negócios em 1,30 % e 5,25 % nos ramos vida e não vida, respectivamente, bem como da expansão do número de empresas de seguros, que passou de 16 para 19.

Em Junho de 2024, o peso da produção do sector de seguros sobre o PIB foi de 0,76 %, revelando estabilidade comparativamente ao período homólogo de 2023, cujo peso se fixou em 0,79 % (gráfico 30).



### 2.3.1. Crédito do Sector de Seguros nos bancos

Os créditos contraídos pelas empresas do sector de seguros representam 0,12 % da carteira total de crédito do sector bancário em Junho de 2024 (tabela 6). Por outro lado, os seguros de crédito representam 27,64 % da carteira total de crédito do sector bancário, correspondente a 79,28 mil milhões de meticais, dos quais 73,91 % são detidos pelos D-SIBs (tabela 7).

**Tabela 6: Crédito Concedido às Seguradoras – Junho 2024**

mil milhões de meticais		
	D-SIB's	Sistema
Total do Crédito Concedido às Seguradoras	0,32	0,36
Crédito Total	153,09	286,81
Peso	0,21%	0,12%

Fonte: BM, 2024

**Tabela 7: Seguro de Crédito no Sector Bancário – Junho 2024**

mil milhões de meticais		
	D-SIB's	Sistema
Seguros de Crédito - Total	58,60	79,28
Peso do D-SIBs	73,91%	
Crédito Total	153,09	286,81
Peso sobre o Crédito Total	38,28%	27,64%

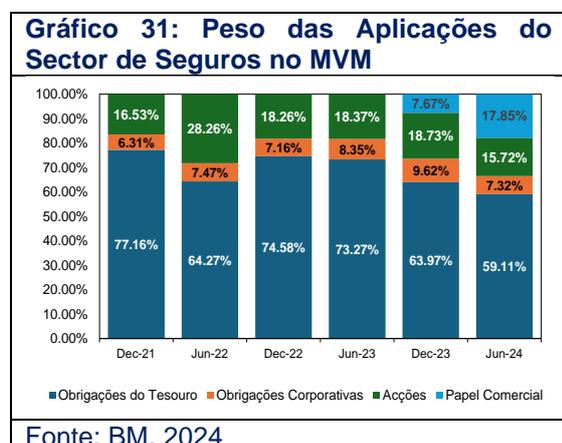
Fonte: BM, 2024

<sup>10</sup> Instituto de Supervisão de Seguros de Moçambique

### 2.3.2. Peso das Aplicações do Sector de Seguros no MVM

À semelhança do apetite ao risco soberano evidenciado pelo sector bancário, os investimentos do sector de seguros, no MVM, também estão maioritariamente concentrados nas OT (59,11%), em detrimento dos outros títulos disponíveis no mercado de capitais, ficando, desta forma, igualmente expostos ao risco soberano.

Entretanto, observa-se uma redução das aplicações do sector de seguros em OT, compensadas pelo incremento dos investimentos do sector em Papel Comercial<sup>11</sup> (gráfico 31).



<sup>11</sup> Papel comercial é um título representativo de dívida de curto prazo (até 1 ano) transaccionado no mercado de capitais, onde as empresas obtêm os recursos financeiros mediante o pagamento de uma taxa de juros e a devolução do valor investido até o final do período do empréstimo. A 30 de Junho de 2024, as instituições de crédito sem

### 2.4. Mercado de Valores Mobiliários

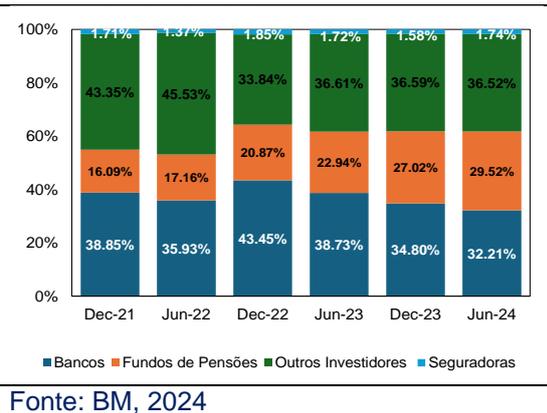
Em Junho de 2024, a capitalização bolsista do MVM situou-se em 203,85 mil milhões de meticais, contra 175,35 mil milhões de meticais de Junho de 2023, representando um peso de 13,27 % e 13,10 % no PIB nominal<sup>12</sup>, respectivamente.

A actividade do MVM é sustentada, fundamentalmente, por instituições integrantes do sistema financeiro, que estão na posse de 63,48 % (63,39 % em Junho de 2023) do valor das aplicações. Com efeito, o sector bancário detém 32,21 % (38,73 % em Junho de 2023) do valor das aplicações no MVM, seguido do sector de fundos de pensões com 29,52 % (22,94 % em Junho de 2023) e do sector de seguros com 1,74 % (1,72 % em Junho de 2023). Os restantes 36,52 % (36,61 % em Junho de 2023) estão na posse de diferentes investidores de outra natureza (gráfico 32).

importância sistémica constituíam os principais emittentes deste instrumento no MVM.

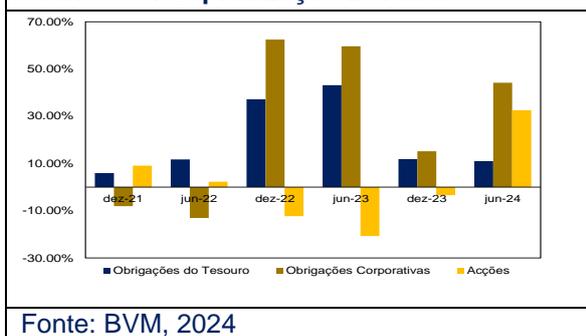
<sup>12</sup> Cálculos feitos considerando a projecção do PIB nominal de 2024, de acordo com o Plano Económico e Social e Orçamento de Estado de 2024, e PIB nominal de 2023, de acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística.

**Gráfico 32: Peso dos Sectores do Sistema Financeiro do MVM**



A dinâmica observada no período em análise resulta do incremento da capitalização bolsista em todos os principais segmentos do MVM, nomeadamente, OT em 10,98 % (17,18 mil milhões de meticais), obrigações corporativas em 44,21 % (1,91 milhões de meticais) e acções em 32,58 % (4,72 mil milhões de meticais) (gráfico 33).

**Gráfico 33: Capitalização Bolsista**



O incremento da capitalização bolsista das OT, deveu-se fundamentalmente ao maior recurso do Estado a esta janela, para fazer face às suas necessidades de financiamento, tendo resultado numa emissão líquida de 19,63 mil milhões de meticais.

No entanto, o impacto resultante dessa demanda do Estado foi ligeiramente amortecido por oscilações de preços, devido a dinâmicas do mercado, tendo concorrido para uma redução da capitalização bolsista das OT em cerca de 2,40 mil milhões de meticais.

Por seu turno, a evolução da capitalização bolsista das obrigações corporativas, foi fundamentalmente influenciada pela emissão líquida de títulos (deduzida dos vencimentos) no montante de 1,89 mil milhões de meticais, devido ao maior recurso das empresas a esta janela para fazer face às suas necessidades de financiamento.

Este incremento foi ligeiramente complementado por um aumento da capitalização bolsista, na magnitude de 12,50 milhões de meticais, resultante de oscilações de preços, típicas das dinâmicas do mercado.

No respeitante ao mercado de acções, a flutuação de preços foi o principal elemento explicativo da dinâmica observada no período em análise, tendo sido responsável pelo aumento da capitalização bolsista deste segmento em cerca de 4,05 mil milhões de meticais.

De referir que a dinâmica positiva dos

preços das acções (valorização das acções) resulta, fundamentalmente, do aumento dos resultados e dividendos por acção alcançados pelas empresas, em períodos precedentes.

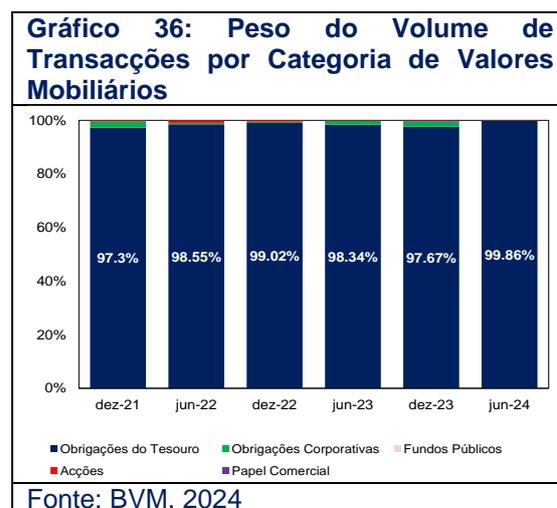
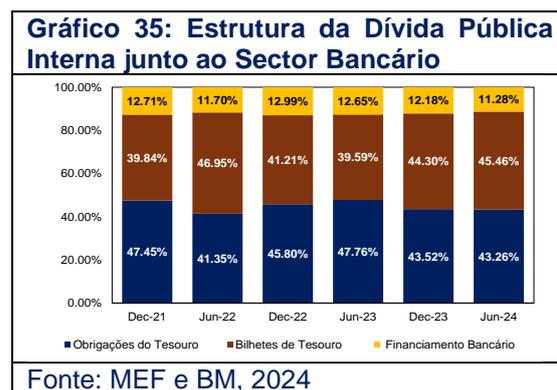
Adicionalmente, registou-se admissão à cotação na bolsa de novas acções, que contribuíram ligeiramente, em cerca de 0,7 mil milhões de meticais, para complementar o aumento da capitalização bolsista deste segmento do mercado.

Em Junho de 2024, as OT representaram 85,21 % da capitalização bolsista, após 89,26 % em Junho de 2023, o que sinaliza, de forma persistente, o financiamento do Estado com recurso a este segmento de mercado (gráfico 34).

Este comportamento associado ao aumento da dívida pública interna com recurso à utilização de BT e financiamento directo junto à banca nacional (gráfico 35), incrementa o risco soberano, com potencial influência no risco sistémico e, por conseguinte, na estabilidade financeira.

Relativamente ao volume de transacções por categoria de títulos

cotados na bolsa, as OT voltaram a registar o maior peso, em Junho de 2024, com 99,86 % do total, contra 98,34 % em Junho de 2023 (gráfico 36).

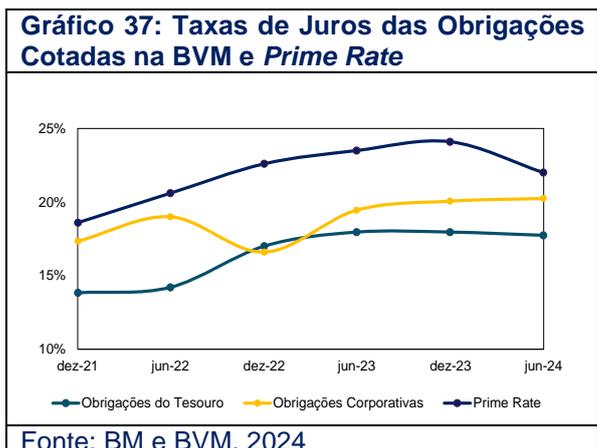


Por outro lado, o reduzido volume de transacções nos segmentos das acções e obrigações corporativas sugere que o mercado de capitais continua a ser menos utilizado como alternativa para o financiamento à economia.

Ademais, o segmento das OT constitui a maior representatividade no número de instrumentos cotados por cada segmento do MVM (tabela 8).

Esta dinâmica não favorece o alargamento das alternativas de financiamento para as empresas, o que, eventualmente, poderia, em alguns períodos, contribuir para a redução do custo de financiamento destas.

Com efeito, nos últimos quatro semestres, as taxas de juro das obrigações corporativas são mais atractivas comparativamente à taxa *prime* (gráfico 37).



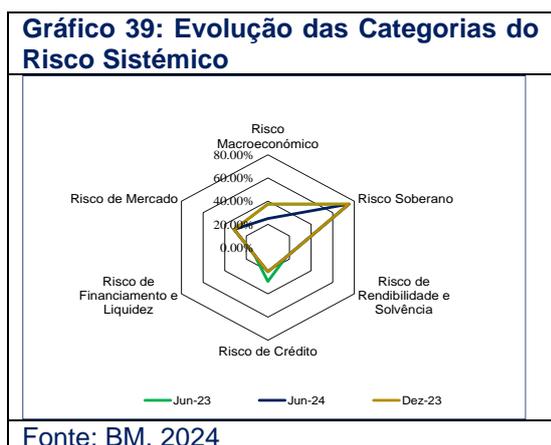
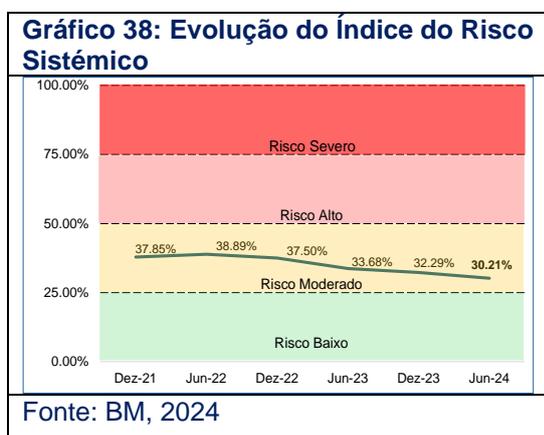
**Tabela 8: Emissões Cotadas na BVM**

	dez-21	jun-22	dez-22	jun-23	dez-23	jun-24
Obrigações do Tesouro	33	34	39	40	43	46
Obrigações Corporativas	9	9	13	13	16	18
Fundos Públicos	0	0	0	0	0	0
Acções	12	11	12	13	16	16
Papel Comercial	0	0	1	0	9	12
<b>Total</b>	<b>54</b>	<b>54</b>	<b>65</b>	<b>66</b>	<b>84</b>	<b>92</b>

Fonte: BVM, 2024

### III. AVALIAÇÃO DO RISCO SISTÊMICO

Em Junho de 2024, o índice de risco sistémico<sup>13</sup> fixou-se em 30,21 %, o que representa uma redução de 3,47 pp e 2,08 pp, comparativamente ao registado em Junho e Dezembro de 2023, respectivamente, tendo, no entanto, permanecido no nível moderado (gráfico 38).



- A redução do risco de crédito, influenciada pela melhoria do rácio de NPL; e
- A queda anual do sub-índice de risco macroeconómico, decorrente essencialmente da evolução favorável da inflação, influenciada em parte pela estabilidade cambial (gráfico 39).

A avaliação das diferentes categorias de risco permite constatar o seguinte:

#### 3.1. Risco macroeconómico

O risco macroeconómico manteve-se no nível moderado, influenciado pelos seguintes factores:

- O PIB real registou um crescimento de 4,50 % no segundo trimestre de 2024, o que representa um abrandamento em 1,37 pp em relação a igual período de 2023.
- A inflação anual desacelerou de 6,81 %, em Junho de 2023, para 3,04 %, em Junho de 2024, reflectindo, essencialmente, o efeito combinado da restritividade da

A redução deste indicador reflecte:

<sup>13</sup> Este índice varia de 0% a 100% e à medida que se aproxima de 0% reduz o risco sistémico, e vice-versa.

política monetária e da manutenção da estabilidade cambial.

As variáveis desta categoria de risco, com destaque para a inflação, continuaram a beneficiar do impacto menos gravoso dos conflitos geopolíticos sobre a cadeia logística e sobre os preços das mercadorias no mercado internacional.

### **3.2. Risco soberano**

**Em Junho de 2024, o risco soberano permaneceu no nível severo.**

A prevalência do risco soberano no nível severo decorre do aumento dos rácios do crédito ao Governo sobre o crédito total e da dívida pública sobre o PIB, que registaram um incremento, reflectindo a manutenção da pressão do endividamento público interno.

### **3.3. Risco de rendibilidade e solvência**

**O risco de rendibilidade e solvência manteve-se no nível baixo.**

Os indicadores de rendibilidade mostram que o sector bancário teve um desempenho financeiro positivo, a avaliar pela estabilidade do ROA e ROE durante o período em análise.

No que respeita à solvência, o sector manteve-se robusto e bem capitalizado, destacando-se o rácio de solvabilidade global que se fixou em 26,33 %, acima do requisito mínimo regulamentar de 12,00 %.

### **3.4. Risco de crédito**

**O risco de crédito registou redução, ao passar do nível moderado, em Junho de 2023, para o nível baixo, em Junho de 2024.**

Este decréscimo do risco de crédito é explicado, pela redução do rácio de NPL, de 10,58 % em Junho de 2023, para 8,30 % em Junho de 2024.

Importa referir, adicionalmente, que o hiato do CE/PIB permaneceu em território negativo, sinalizando que o rácio do CE/PIB continua abaixo da sua tendência de longo prazo.

### **3.5. Risco de liquidez**

**O risco de liquidez permaneceu no nível baixo.**

As variáveis desta categoria de risco, designadamente, rácio de transformação dos depósitos em crédito, e rácio de cobertura de liquidez de curto prazo, evoluíram favoravelmente durante o período em análise.

Efectivamente, o rácio de transformação dos depósitos em crédito teve uma redução de 5,95 pp comparativamente ao registado em Junho de 2023, ao fixar-se em 43,40 % em Junho de 2024.

Relativamente ao rácio de cobertura de liquidez de curto prazo, registou aumento, ao passar de 42,07 % em Junho de 2023, para 47,73 % em Junho de 2024, acima do requisito regulamentar de 25,00 %.

### **3.6. Risco de mercado**

**O risco de mercado permaneceu no nível moderado** em Junho de 2024, reflexo da manutenção da estabilidade cambial, com impacto directo na evolução favorável dos rácios do crédito em moeda estrangeira sobre crédito total, e dos depósitos em moeda estrangeira sobre depósitos totais.

A *prime rate* do sistema financeiro continua elevada, apesar das sucessivas reduções verificadas durante o período em análise, influenciadas pelo ciclo de normalização da taxa MIMO iniciado em Janeiro de 2024.

### **3.7. Perspectivas de evolução do risco sistémico**

As perspectivas de evolução do risco sistémico nos curto e médio prazos consubstanciam-se no seguinte:

**O risco macroeconómico** pode evoluir favoravelmente, tendo em consideração as projecções de inflação em um dígito e de crescimento económico moderado no médio prazo.

Contudo, prevalecem incertezas quanto aos impactos dos choques climáticos na produção agrícola e em infra-estruturas diversas que podem influenciar negativamente os principais indicadores macroeconómicos, com potencial impacto no risco sistémico.

**Relativamente ao risco soberano** prevê-se que se mantenha no nível severo, assumindo a contínua pressão sobre o endividamento público interno e a prevalência da instabilidade militar em alguns distritos de Cabo Delgado.

No respeitante ao **risco de rendibilidade e solvência**, os respectivos indicadores apontam para a manutenção do nível de risco baixo desta categoria, uma vez que não se antevêem, a curto e médio prazos, agravamento das actuais tendências.

Quanto ao **risco de crédito**, o ciclo de normalização da taxa MIMO iniciado em Janeiro de 2024 está a influenciar favoravelmente o custo do crédito, via ajustamento em baixa da *prime rate* do sistema financeiro, com impacto directo na melhoria da qualidade do activo.

No concernente ao **risco de liquidez**, prevê-se que permaneça estável, no curto prazo, assumindo que a dinâmica recente da taxa de transformação dos depósitos em crédito se mantenha.

Perspectiva-se a permanência do **risco de mercado no nível moderado**. Ainda que se anteveja (i) a redução da *prime rate*, decorrente da postura de normalização da taxa MIMO, e (ii) a estabilidade da taxa de câmbio, é pouco provável que tal seja suficiente para inverter a trajectória do risco de mercado para o nível baixo a curto prazo.

A conjugação das perspectivas de evolução das componentes do risco sistémico, aponta para a manutenção do índice de risco sistémico no nível moderado.

#### IV. VULNERABILIDADES DO SISTEMA FINANCEIRO

**O sistema financeiro registou um desempenho positivo no primeiro semestre de 2024, num cenário de aumento das vulnerabilidades a nível interno e externo.**

Durante o semestre em análise destacam-se, dentre várias vulnerabilidades, a manutenção da pressão sobre o endividamento público junto do sistema financeiro em níveis elevados, a instabilidade militar em alguns distritos da província de Cabo Delgado, a permanência do país na lista cinzenta do Grupo de Acção Financeira Internacional (GAFI) e os factores climáticos adversos.

##### Endividamento público

A manutenção da elevada pressão sobre o endividamento público foi evidente, com enfoque para a componente interna (tabela 9). Este comportamento reflecte o aumento da utilização de OT e BT com objectivo de financiar o défice de tesouraria.

<b>Tabela 9: Stock da Dívida Pública</b>				
milhões de USD				
	2021	2022	2023	Jun-24
Dívida Externa	10,391.60	10,060.50	10,292.00	10,162.21
Dívida Interna	3,563.40	4,406.60	4,910.50	5,745.24
<b>Total da dívida</b>	<b>13,955.00</b>	<b>14,467.10</b>	<b>15,202.50</b>	<b>15,907.45</b>
Fonte: MEF, 2024				

No que tange à dívida externa pública, destacam-se os acordos extrajudiciais alcançados com os credores internacionais das dívidas não declaradas, que poderão potencialmente reduzir os encargos da dívida.

### **Instabilidade militar em alguns distritos da província de Cabo Delgado**

A insegurança e instabilidade militar nesta região tiveram um impacto negativo nas actividades dos agentes económicos, apesar dos progressos alcançados na luta contra o extremismo violento. Adicionalmente, esta vulnerabilidade conduziu à manutenção de incertezas sobre o reinício do projecto *onshore* de gás na bacia do Rovuma pela TotalEnergies, para além de limitar o acesso aos serviços financeiros, com impacto nas iniciativas de inclusão financeira.

### **Permanência do país na lista cinzenta do GAFI**

A nível nacional, registaram-se progressos em matéria de conformidade técnica (quadro jurídico revisto) e eficácia relacionada com as

acções efectivas tomadas pelas diferentes autoridades, no âmbito da implementação do plano de acção do GAFI elaborado pelo Comité Executivo de Coordenação de Políticas de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo<sup>14</sup>.

A permanência de um país na lista cinzenta do GAFI tem implicações negativas e pode resultar em vulnerabilidades para a estabilidade do seu sistema financeiro, com realce para acesso restrito aos mercados financeiros internacionais, aumento de custos de transacção e restrição no fluxos de capitais.

### **Factores climáticos adversos**

Em meados de Março de 2024, as províncias de Sofala, Inhambane, Gaza e Maputo foram afectadas pela tempestade tropical Filipo, cujo impacto se fez sentir sobre edifícios públicos e privados, infraestruturas e unidades de produção, contribuindo deste modo para o aumento dos riscos físicos. Este cenário influenciou a capacidade dos mutuários afectados honrarem seus compromissos junto ao sector bancário.

---

<sup>14</sup> Instituição governamental responsável pela coordenação e implementação da estratégia de actuação do país.

## Caixa 2: Risco Climático e seu Impacto na Estabilidade Financeira

### I. Contextualização

Os eventos climáticos extremos, como o aumento da temperatura média global, a elevação do nível do mar, as alterações nos padrões de precipitação, inundações, secas, ciclones e sismos, têm-se intensificado e proliferado, afectando de forma significativa o sector financeiro e a economia em geral, tanto a nível nacional quanto internacional.

Moçambique tem sido recorrente e severamente afectado por tais eventos, cuja magnitude e impacto sobre as instituições financeiras tornam imprescindível a necessidade de monitoramento contínuo dos riscos associados.

Reconhecendo a actualidade e importância desta temática para os bancos centrais, o plano estratégico do BM para o período 2024-2026 inclui acções inerentes a regulamentar o tratamento dos riscos climáticos pelo sistema financeiro nacional e a sua integração na avaliação da estabilidade financeira.

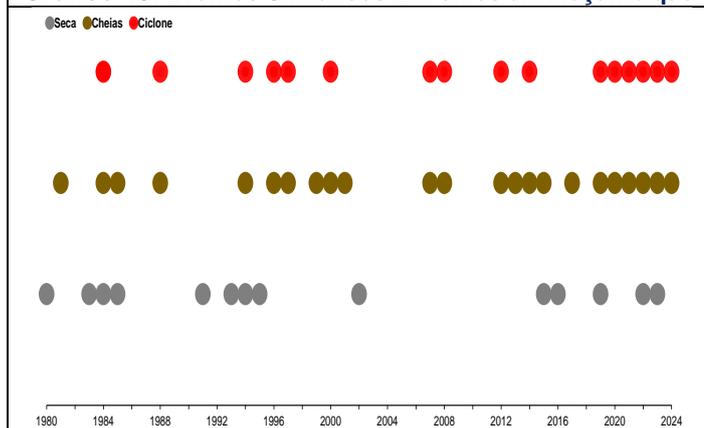
Adicionalmente, o BM é desde 7 de Março de 2024 membro do plenário do Network for Greening the Financial System (NGFS), uma instituição muito relevante a nível internacional no que respeita à partilha das melhores práticas e ao esforço de habilitar os bancos centrais e supervisores financeiros com as melhores ferramentas para identificar, avaliar e mitigar o impacto dos riscos climáticos no sistema financeiro.

### II. Exposição e vulnerabilidades climáticas em Moçambique

Moçambique é um país exposto a múltiplos perigos relacionados com o clima, com destaque para tempestades tropicais e ciclones periódicos, que ocorrem frequentemente entre Outubro e Março, devido às suas fronteiras com

uma das zonas ciclónicas mais activas no sudoeste do Oceano Índico, para além de secas e inundações.

**Gráfico 40: Eventos Climáticos Extremos em Moçambique**



Fonte: Banco de dados geográficos, 2024 ([www.dadosmundiais.com](http://www.dadosmundiais.com))

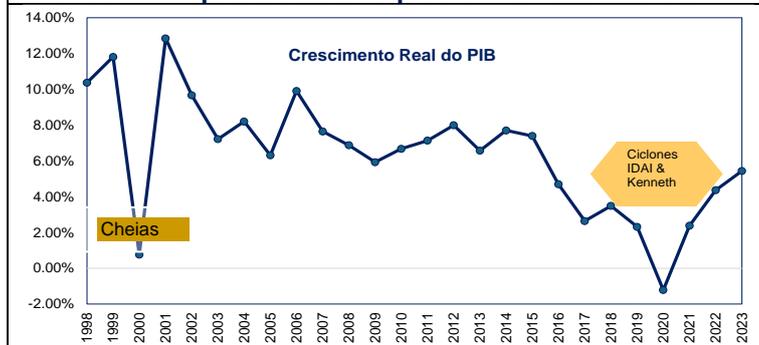
O aumento na frequência e gravidade dos desastres naturais tornou Moçambique, historicamente, o mais afectado na África Austral, segundo o *World Risk Report (2022)*, constituindo assim uma ameaça à estabilidade financeira e macroeconómica.

O país foi atingido por múltiplos choques relacionados com o clima nos últimos 20 anos, e no primeiro semestre do presente ano estes eventos voltaram a condicionar o desempenho da economia e do sector financeiro domésticos, com destaque para a tempestade tropical severa Filipo, que afectou as províncias da Zambézia, Sofala, Inhambane, Gaza e Maputo (gráfico 40).

### III. Impacto dos Choques Climáticos sobre o PIB

O gráfico 41, destaca o impacto sobre o PIB dos três eventos climáticos de maior expressão ocorridos no país, nos últimos 24 anos (cheias de 2000 e os ciclones Idai e Kenneth em 2019).

**Gráfico 41: Impacto dos Choques Climáticos sobre o PIB**



Fonte: Instituto Nacional de Estatística

A queda do PIB, nos anos em que ocorreram os eventos acima arrolados, foi influenciada, fundamentalmente, pelo desempenho negativo dos seguintes sectores: (i) agricultura, (ii) produção e distribuição de electricidade e gás, e (iii) captação, tratamento e distribuição de água, para além da indústria extractiva, que em 2019, foi negativamente afectada pelas intempéries, devido ao alagamento das minas, o que evidencia haver correlação entre os eventos climáticos acima referidos e o nível de produção doméstica.

#### IV. Impacto dos Choques Climáticos sobre o Sistema Financeiro

O efeito mais visível dos choques climáticos sobre o sector financeiro é a aceleração da desvalorização das propriedades imobiliárias, por conta da exposição ao risco, com consequências sobre a carteira de activos de bancos, seguradoras e outras instituições financeiras.

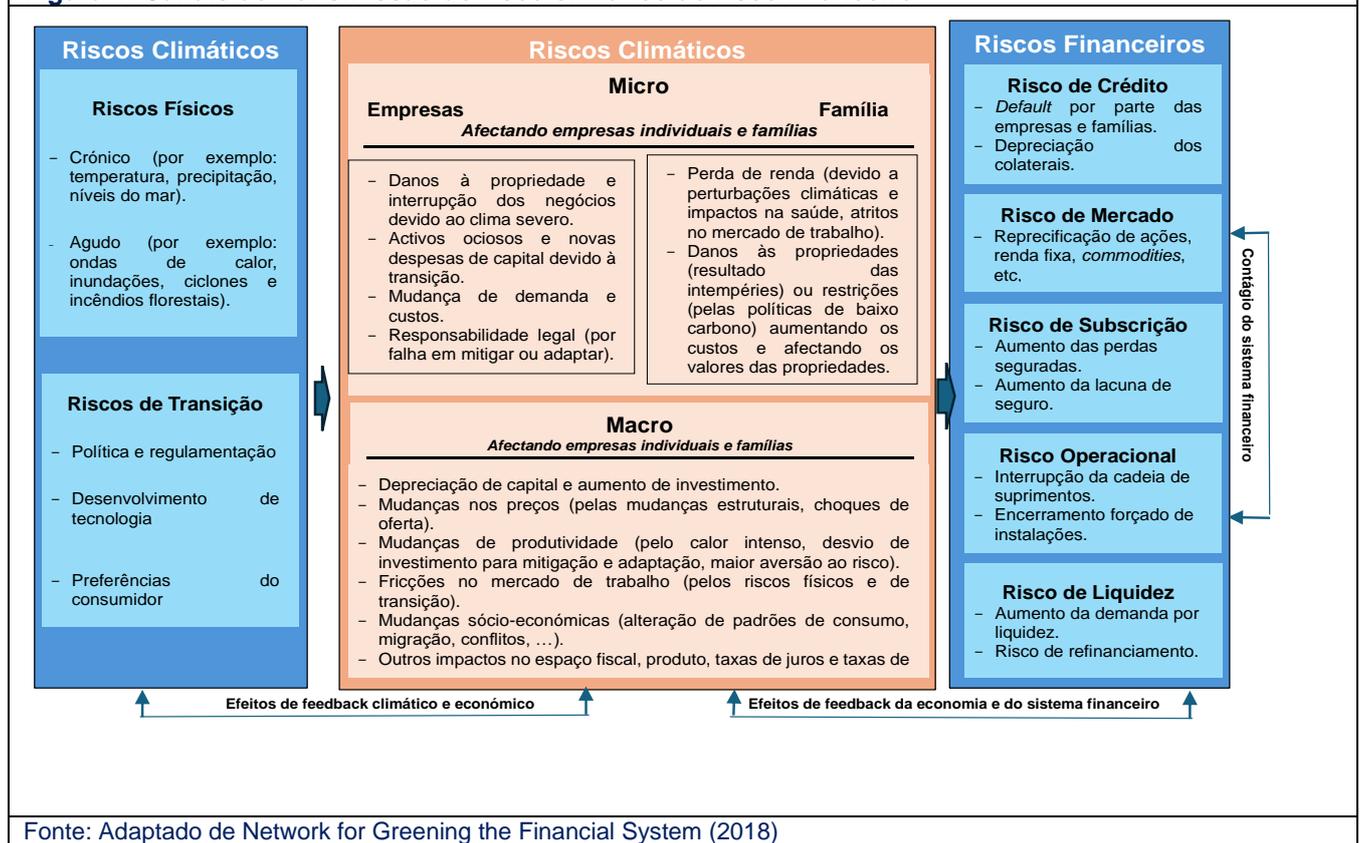
Os eventos climáticos representam riscos que são comumente apresentados nos seguintes agrupamentos:

Riscos físicos – traduzem-se em custos económicos e perdas financeiras relacionados com a destruição de infra-estruturas, factores e meios de produção, em virtude do aumento da gravidade e frequência das condições meteorológicas extremas, como por exemplo vagas de calor, deslizamentos de terra, incêndios florestais, inundações, tempestades, aumentos do nível do mar, secas, ciclones, entre outros; e

Riscos de transição – os que estão relacionados com o processo de ajustamento rumo a uma economia de baixo carbono, incluindo mudanças nas políticas governamentais, legislação e regulamentação, mudanças na tecnologia e no mercado, entre outros.

Os riscos físicos e de transição podem ser repassados para o sistema financeiro por via do seu impacto microeconómico sobre as empresas e famílias, bem como sobre as variáveis macroeconómicas, gerando impactos para um conjunto de riscos financeiros, nomeadamente: risco de crédito, risco de mercado, risco operacional, risco de liquidez e risco de subscrição (figura 1).

**Figura 1. Canais de transmissão do risco climático ao risco financeiro**



Embora Moçambique seja recorrente e severamente afectado por eventos climáticos extremos (ciclones e tempestades tropicais), o sistema financeiro doméstico tem-se mostrado resiliente ao seu impacto.

Esta estabilidade do sistema financeiro pode estar relacionada com a baixa exposição dos bancos aos sectores susceptíveis de serem afectados pelos efeitos climáticos adversos, como agricultura, produção e distribuição de electricidade e gás, captação, e tratamento e distribuição de água, para além do turismo (tabela 10).

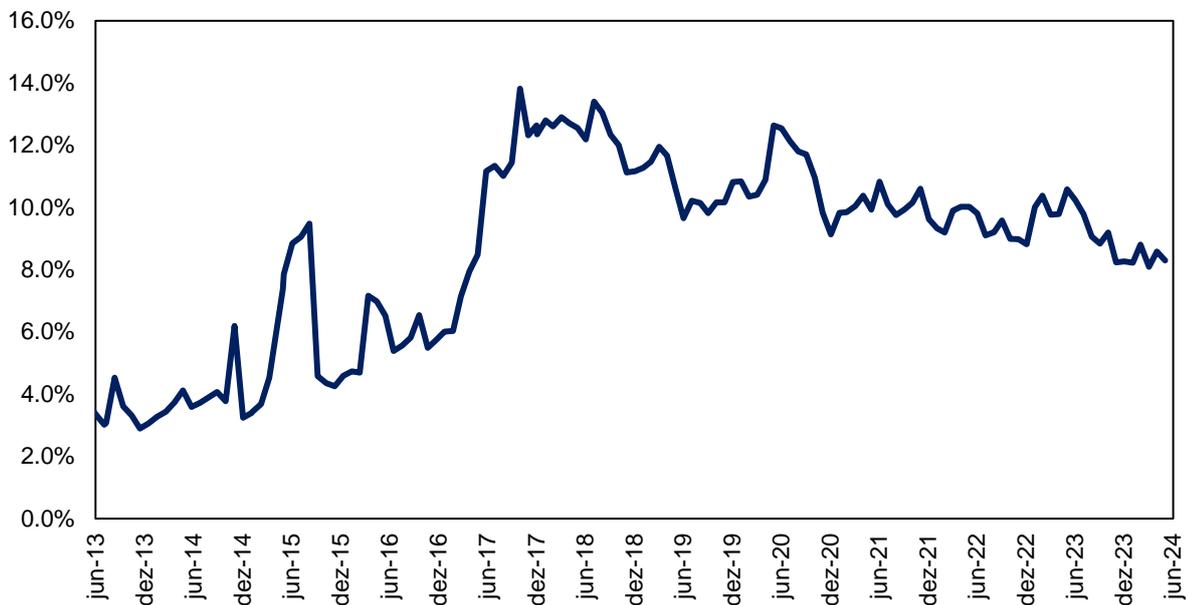
Adicionalmente, a reestruturação das dívidas contraídas junto ao sector bancário contribui para minimizar os impactos dos riscos climáticos sobre a qualidade do crédito. Com efeito, conforme ilustrado no gráfico 42, os níveis de incumprimento reduziram em 2019, aquando dos ciclones Idai e Kenneth.

**Tabela 10: Distribuição do Crédito por Sectores de Actividade**

Sectores de Actividade	Dez 2019		Dez 2020	Dez 2021	Dez 2022	Dez 2023	Jun-24
	Valor	%	%	%	%	%	%
<b>1. AGRICULTURA</b>	5,768,915	2.64%	2.40%	1.96%	1.87%	1.44%	1.36%
<b>2. PECUÁRIA</b>	863,614	0.39%	0.37%	0.33%	0.36%	0.26%	0.43%
<b>3. SILVICULT.E EXPL. FLORESTAL</b>	162,696	0.07%	0.07%	0.02%	0.03%	0.03%	0.03%
<b>4. PESCAS</b>	1,316,125	0.60%	0.64%	0.42%	0.37%	0.35%	0.33%
<b>5. INDÚSTRIA EXTRACTIVA</b>	5,712,960	2.61%	4.04%	3.70%	2.48%	2.37%	2.68%
Carvão	80,030	0.04%	0.04%	0.15%	0.01%	0.01%	0.00%
Outras	5,632,930	2.58%	4.00%	3.56%	2.46%	2.35%	2.67%
<b>6. INDÚSTRIAS TRANSFORMADORA</b>	29,043,895	13.28%	13.70%	12.62%	13.23%	9.55%	10.12%
6.1 Alimentar, Bebidas e Tabaco	7,623,811	3.49%	3.27%	4.16%	2.89%	2.09%	1.66%
6.2 Têxteis, Vestuário e Calçado	586,893	0.27%	0.23%	0.14%	0.16%	0.15%	0.11%
6.3 Química	1,849,422	0.85%	0.71%	0.56%	0.47%	0.12%	0.14%
6.4 Metalúrgica	2,969,750	1.36%	1.35%	1.05%	0.56%	0.42%	0.39%
6.5 Outras	16,014,019	7.32%	8.14%	6.71%	9.14%	6.77%	7.82%
<b>7. ELECTRICIDADE GÁS E AGUA</b>	1,128,379	0.52%	0.66%	0.93%	0.68%	0.70%	0.63%
<b>8. CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS</b>	20,044,981	9.16%	6.75%	5.78%	5.53%	5.29%	5.40%
<b>9. INDÚSTRIA DE TURISMO</b>	3,315,004	1.52%	1.54%	1.39%	0.96%	0.80%	0.83%
<b>10. COMÉRCIO</b>	23,925,692	10.94%	11.26%	11.76%	11.73%	11.48%	9.99%
<b>11. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES</b>	21,823,844	9.98%	9.88%	10.47%	12.97%	11.57%	10.85%
11.1 Transporte Ferroviário	98,914	0.05%	0.00%	0.39%	0.66%	0.51%	0.46%
11.2 Transporte Rodoviário	3,554,720	1.63%	1.74%	1.82%	2.53%	2.18%	2.61%
11.3 Transporte Marítimo	91,185	0.04%	0.02%	0.02%	0.03%	0.09%	0.05%
11.4 Outros	18,079,026	8.27%	8.11%	8.23%	9.75%	8.79%	7.73%
<b>12. INST. FINANC.N/ MONETÁRIAS</b>	1,760,428	0.80%	0.57%	0.71%	1.55%	1.07%	1.38%
<b>13. OUTROS SECTORES</b>	103,873,098	47.49%	48.13%	49.90%	48.25%	55.10%	55.98%
Particular	50,137,737	22.92%	24.49%	26.55%	29.26%	35.29%	37.92%
Habitação	6,466,775	2.96%	2.83%	2.22%	2.66%	3.48%	3.45%
Diversos	47,268,586	21.61%	20.81%	21.13%	16.33%	16.33%	14.61%
<b>TOTAL</b>	<b>218,739,631</b>	<b>100.00%</b>	<b>100.00%</b>	<b>100.00%</b>	<b>100.00%</b>	<b>100.00%</b>	<b>100.00%</b>

Fonte: BM

**Gráfico 42: Evolução do Rácio de NPL**



Fonte: BM, 2024

## V. DECISÕES DE POLÍTICA MACROPRUDENCIAL

O Comité de Estabilidade e Inclusão Financeira decidiu, em face da avaliação do risco sistémico, e da conjuntura macrofinanceira doméstica e internacional, manter inalteradas as medidas de política macroprudencial em vigor para a preservação da estabilidade financeira, designadamente:

- Exigência de constituição de uma reserva de capital adicional às instituições classificadas como D-SIBs e Quase D-SIBs fixada em 2,0 % e 1,0 %, respectivamente;
- Limite de 100,0 % no rácio entre o montante dos empréstimos garantidos por um determinado bem e o valor do mesmo bem (LTV); e,
- Limite de 100 % no rácio entre o montante das prestações mensais dos créditos do mutuário e o seu rendimento líquido mensal (DTI).

O objectivo da política macroprudencial é preservar a estabilidade financeira, através do reforço da resiliência do sistema financeiro a choques e desequilíbrios financeiros, e prevenção e mitigação do risco sistémico.

### Caixa 3: Ciclos Financeiros e de Negócios em Moçambique

Ciclos financeiros são definidos como o desvio de variáveis financeiras (normalmente o rácio do crédito à economia em relação ao PIB) face à sua tendência de longo prazo, e caracterizados por períodos de expansão seguidos de retracção da actividade financeira. Por sua vez, os ciclos de negócios referem-se ao desvio da actividade económica real em relação à sua tendência de longo prazo, caracterizado por períodos de expansão seguidos de recessão da actividade económica. Essencialmente, o ciclo de negócios indica a posição da economia em relação ao seu nível de equilíbrio e prováveis impactos sobre a evolução da inflação.

Os ciclos financeiros estão geralmente associados a crises financeiras de origem doméstica, que tendem a ocorrer perto do seu pico, o que se deve à ampliação excessiva do crédito e da alta dos preços dos activos durante esse período, iniciando o prelúdio de uma crise financeira. Entretanto, os ciclos financeiros são importantes porque podem alertar sobre o crescimento excessivo do crédito na economia, permitindo identificar os riscos de uma iminente crise financeira em tempo útil e com uma boa margem de manobra.

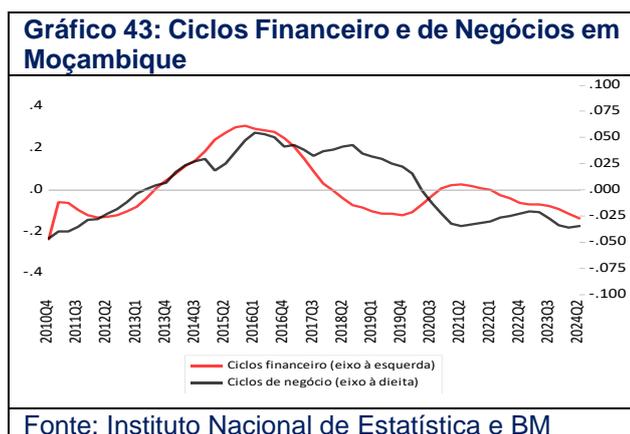
O gráfico 43 mostra a evolução dos ciclos financeiros e de negócios em Moçambique, para o período de 2010Q4 a 2024Q2. No início do intervalo, ambos ciclos apresentavam uma tendência ascendente, partindo de um nível abaixo do potencial, alcançando o maior distanciamento em relação à sua tendência de longo prazo no primeiro semestre de 2015, reflexo do bom desempenho da economia e da trajectória positiva do crédito no financiamento da actividade económica.

Em 2016, o ciclo financeiro iniciou um movimento descendente, evidenciando o distanciamento do crédito em relação à sua tendência de longo prazo, influenciado pela postura dos bancos, que passaram a privilegiar a concessão de crédito ao Governo em detrimento do crédito à economia, como resultado dos níveis das taxas de juro associadas aos BT e OT, e pela procura do Governo por recursos para financiar a despesa pública, num cenário em que os parceiros de cooperação retiraram o seu apoio ao Orçamento do Estado por conta do dossier das dívidas não declaradas.

Este comportamento manteve-se até finais de 2019, altura em que o ciclo financeiro reiniciou o movimento de aproximação à sua tendência de longo prazo, dada a necessidade de financiar a economia num contexto de queda da actividade económica por conta do impacto dos ciclones IDAI e Kenneth sobre a economia.

Entretanto, a tendência recente mostra que ambos ciclos estão abaixo do potencial, mas com sinais de recuperação do ciclo de negócios, em linha com a dinâmica e as perspectivas da economia, ao passo que o ciclo financeiro continua a distanciar-se da sua tendência de longo prazo, em parte devido à concorrência do Estado no crédito disponível na economia.

A previsão de aceleração da actividade económica no semestre, sustentada pela melhoria do desempenho da indústria extractiva e do sector terciário, não obstante a ocorrência de eventos climáticos extremos, explica a actual



tendência do ciclo de negócios.

A duração mais longa do ciclo financeiro, comparativamente ao ciclo de negócios, exige que a condução da política monetária seja mais *forward-looking*, a fim de encontrar o equilíbrio entre a manutenção da estabilidade macroeconómica e da estabilidade financeira, dadas as diferenças nas durações dos seus ciclos<sup>15</sup>. Do lado macroprudencial, a identificação conjunta dos ciclos financeiro e de negócios, historicamente e em tempo real, complementada com a análise do risco sistémico no país e de outras variáveis financeiras, permitirá a escolha de medidas de política apropriadas<sup>16</sup> para amortecimento dos impactos na estabilidade monetária e financeira.

<sup>15</sup> Por exemplo, em períodos em que o ciclo financeiro se expande consideravelmente ou atinge um nível alto durante uma contração do ciclo de negócios, a flexibilização da política monetária com o objectivo de estimular a economia pode levar a uma maior acumulação de riscos para a estabilidade financeira, porque os custos de empréstimos mais baixos encorajam uma maior expansão do crédito e o aumento dos preços dos activos.

<sup>16</sup> Tais medidas podem incluir a exigência de maiores amortecedores anticíclicos e o uso de rácios de *loan-to-value* (LTV) mais rígidos, em circunstâncias, por exemplo, de rápido crescimento dos preços das

habitações e do crédito (em vez de apenas crédito), uma vez que recessões associadas às grandes variações nas duas variáveis financeiras são mais longas e mais profundas. Podem incluir ainda a utilização de amortecedores de capital ou liquidez, que teriam de ser maiores para casos em que os mercados tendem a sofrer recessões mais profundas, com desacelerações financeiras mais severas, as quais, pelo menos até à crise financeira global de 2007-2009, aconteciam com mais frequência nos mercados emergentes.

## Caixa 4: O Papel do Fundo de Garantia de Depósitos na Estabilidade Financeira

### a) A importância do Fundo de Garantia de Depósitos na Protecção dos Depósitos do Público

O Fundo de Garantia de Depósitos (FGD) é o mecanismo criado pelo Governo que garante o reembolso dos depósitos efectuados nos bancos, microbancos e cooperativas de crédito. Este fundo assegura o reembolso aos depositantes, em caso de insolvência bancária.

Recentemente foi alterado o Regulamento de funcionamento do FGD aprovado pelo Decreto n.º49/2010, de 11 de Novembro, através do Decreto n.º36/2024 de 10 de Junho, que introduz entre outras alterações ao seu mandato. Dentre as várias alterações trazidas pelo novo Decreto, destacam-se como principais inovações relevantes para o seu contributo na manutenção da estabilidade financeira as seguintes:

- i. **Financiamento das medidas de resolução**, em harmonia com o estabelecido na Lei n.º 20/2020, de 31 de Dezembro, Lei das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (LICSF)<sup>17</sup>, para além da função de reembolso dos depósitos constituídos nas instituições participantes;
- ii. **Alargamento da cobertura da garantia**, passando a incluir os depósitos titulados por pessoas colectivas, em moeda estrangeira e de entidades não residentes;
- iii. **Redução do prazo para o reembolso dos depositantes**, de três meses para sete dias;
- iv. **Modificação da periodicidade das contribuições**, de anuais para trimestrais;
- v. **Fixação do mecanismo de assistência de liquidez de emergência** (*back up funding*).

### b) O Fundo de Garantia de Depósitos e o seu Papel na Resolução

A LICSF, representa um marco importante na legislação financeira de Moçambique, tendo dentre as inovações introduzidas reforçado a função de autoridade de resolução bancária do BM.

No que se refere à protecção dos depositantes, a Lei alargou o mandato do FGD, incluindo a componente de financiamento de medidas de resolução que possam ser decretadas pelo BM em acréscimo ao reembolso de depósitos.

No sistema financeiro moçambicano, as situações de resolução que envolvem ou demandam a participação do FGD, de acordo com a LICSF são as seguintes:

- **Garantia de activos e passivos:** o FGD pode ser utilizado para garantir os activos ou os passivos da instituição objecto de resolução, de uma instituição de transição ou de um veículo de gestão de activos<sup>18</sup>.
- **Concessão de empréstimos:** o FGD pode conceder empréstimos a uma instituição de transição ou a um veículo de gestão de activos<sup>19</sup>.
- **Aquisição de activos:** pode ser utilizado para adquirir activos da instituição objeto de resolução<sup>20</sup>.
- **Subscrever e realizar capital social:** o FGD pode subscrever e realizar o capital social de uma instituição de transição ou de um veículo de gestão de activos<sup>21</sup>.
- **Pagamento de indemnizações:** pode pagar uma indemnização aos accionistas e credores da instituição objecto de resolução<sup>22</sup>.

Conforme exposto acima, o FGD, na concretização do seu papel, contribui para a estabilidade financeira, reduzindo a incerteza financeira e promovendo a confiança no sistema financeiro.

O FGD contribui para o reforço da rede de segurança financeira já existente, nomeadamente, supervisão e assistência de liquidez de emergência, fortalecendo o sistema financeiro quando uma instituição financeira se apresenta numa situação de insolvência.

A sua importância é fulcral, pois, por um lado, assegura a estabilidade do sistema financeiro e evita o tão temido risco sistémico, enquanto, por outro, garante a protecção dos depositantes, sobretudo dos pequenos, trazendo o valor fundamental da confiança. E isto é assim porque os fundos garantem aos depositantes que os seus depósitos estão garantidos até determinado montante, mesmo em cenário de crise bancária, em que determinada instituição de crédito enfrenta problemas de liquidez e até de solvabilidade, evitando-se assim as corridas aos bancos ("*bank-run*"), com os seus efeitos nefastos.

Com a actual revisão do quadro normativo, o FGD ganhou uma versão de modelo «*paybox plus*», onde, além de assegurar o reembolso ordeiro dos depósitos numa situação de indisponibilidade, tem como atribuições financiar

as medidas de resolução nos termos da LICSF, participar ou conduzir os processos de dissolução e liquidação de instituições participantes ordenados pelo BM, bem como promover e realizar ações que contribuam para o desenvolvimento e consolidação da garantia de depósitos e para o reforço da estabilidade do sistema financeiro em geral.

Pode-se concluir que o reembolso célere aos depositantes pelo FGD serve como mecanismo de contenção da corrida aos bancos caso ocorra uma situação de indisponibilidade de depósitos, enquanto a aplicação de medidas de resolução tem como finalidades<sup>23</sup> (i) “prevenir a ocorrência de consequências graves para a estabilidade financeira, nomeadamente evitar o contágio entre instituições financeiras, incluindo às infra-estruturas de mercado, e manter a disciplina no mercado”, e (ii) “proteger os depositantes cujos depósitos sejam garantidos pelo FGD”.

---

<sup>17</sup> Artigo 60, da Lei n.º 20/2020, de 31 de Dezembro.

<sup>18</sup> Artigo 173, n.º 1, alínea a, da Lei n.º 20/2020, de 31 de Dezembro.

<sup>19</sup> Artigo 173, n.º 1, alínea b, da Lei n.º 20/2020, de 31 de Dezembro.

<sup>20</sup> Artigo 173, n.º 1, alínea c, da Lei n.º 20/2020, 31 de Dezembro.

<sup>21</sup> Artigo 173, n.º 1, alínea d, da Lei n.º 20/2020, 31 de Dezembro.

<sup>22</sup> Artigo 173, número 1, alínea e), da Lei número 20/2020, 31 de Dezembro.

<sup>23</sup> Número 1 do artigo 131 da Lei número 20/2020, de 31 de Dezembro.

## Glossário

**Activos ponderados pelo risco** – expressão conhecida internacionalmente por *risk weighted asset* (RWA), corresponde ao resultado da ponderação de cada activo por um coeficiente de risco para efeitos de cálculo do rácio de solvabilidade. A sua determinação obedece aos requisitos estipulados no Aviso n.º 09/GBM/2017, de 05 de Junho.

**Cost-to-income** – indicador calculado pela relação entre custos operacionais e o produto bancário, que mede a eficiência da organização.

**Debt-to-income (DTI)** – rácio entre o montante da prestação mensal calculada com todos os empréstimos do cliente e o(s) seu(s) rendimento(s) mensal(is).

**Fundos próprios** – conceito utilizado na supervisão bancária como referência fundamental para a aplicação de vários rácios e diversas normas prudenciais.

**Imparidades** – com origem no termo em inglês *impairment*, corresponde ao valor contabilístico registado nas demonstrações financeiras para fazer face a perdas esperadas relacionadas com os activos. Este montante deve ser deduzido do valor do respectivo activo, com o objectivo de corrigir o seu valor tendo em conta a probabilidade de perdas associadas.

**Índice de volatilidade global dos mercados de acções (Vix)** - O índice de Volatilidade S&P 500, também conhecido como CBOE *Volatility Index* ou VIX, é um indicador que mede a volatilidade esperada do mercado de acções dos EUA. Valores mais altos indicam uma expectativa de maior volatilidade e incerteza, enquanto valores mais baixos sugerem maior confiança e estabilidade.

**Loan-to-value (LTV)** – rácio entre o montante total dos contratos de crédito garantidos por um determinado bem e o preço de aquisição ou o valor da avaliação do bem dado em garantia para crédito.

**NPL** – sigla em inglês da expressão *non-performing loans*. Corresponde aos créditos não produtivos, ou seja, créditos que não geram fluxos positivos e rendibilidade aos bancos.

**Produto bancário** – conjunto das receitas operacionais recebidas por uma instituição financeira: comissões, juros, *trading*, operações interbancárias.

**Provisões regulamentares** – valores reconhecidos para fazer face a perdas relacionadas com as actividades das instituições financeiras. Estas são constituídas de acordo com o regime prudencial determinado pelas autoridades de supervisão.

**Rácio de solvabilidade** – quociente entre fundos próprios e os activos ponderados pelo risco.

**Riscos** – factores associados a incertezas e que, em caso da sua materialização, apresentam impactos no capital e nos resultados.

**ROA** – sigla em inglês de *return on assets*, correspondente à rentabilidade dos activos, que se obtém pela divisão do resultado líquido pelo activo total e mede o lucro gerado por cada unidade monetária de activos.

**ROE** – sigla em inglês de *return on equity*, correspondente à rentabilidade dos capitais próprios, que se obtém pela divisão do resultado líquido pelos capitais próprios.

**Tier I** – expressão em inglês que corresponde aos fundos próprios de base (Nível 1), os quais incluem o capital de melhor qualidade (capital social, reservas e resultados transitados), que responde em primeira linha aos compromissos assumidos pela instituição.

**Tier II** – expressão em inglês que corresponde aos fundos próprios complementares (Nível 2), constituídos por elementos de capital que não são fundos próprios de base, e podem ser mobilizados para absorver perdas (empréstimos subordinados, reservas de reavaliação, entre outros).

**Vulnerabilidades** – conjunto de características que evidenciam as fraquezas de um determinado sistema.

**Sector bancário** – conjunto de instituições de crédito que visam a intermediação financeira, através da captação de depósitos e concessão de crédito.

**Sistema financeiro** – conjunto de instituições financeiras que operam em Moçambique, supervisionadas pelo BM e pelo Instituto de Supervisão de Seguros.

**Anexo 1: Principais Indicadores de Solidez Financeira**

<b>Descrição</b>	<b>Dez-21</b>	<b>Jun-22</b>	<b>Dez-22</b>	<b>Jun-23</b>	<b>Dez-23</b>	<b>Jun-24</b>
<b>Adequação de capital</b>						
Rácio de solvabilidade agregado	26,19 %	26,76 %	26,96 %	23,34 %	25,68 %	26,33 %
Rácio de solvabilidade de base	26,71 %	27,33 %	27,52 %	23,87 %	26,65 %	27,01 %
Rácio de alavancagem	13,27 %	12,76 %	12,76 %	12,54 %	13,32 %	13,48 %
<b>Qualidade de activos</b>						
Rácio de NPL	10,60 %	10,02 %	8,97 %	10,58 %	8,23 %	8,30 %
Rácio de cobertura do NPL (eixo à direita)	72,63 %	67,99 %	71,84 %	70,61 %	66,02 %	67,84 %
<b>Rendibilidade</b>						
ROA	3,93 %	4,46 %	4,69 %	4,64 %	4,66 %	4,52 %
ROE	17,52 %	18,19 %	19,13 %	18,38 %	19,11 %	18,75 %
Rácio da margem financeira	64,08 %	67,10 %	68,49 %	69,03 %	63,87 %	66,25 %
Rácio <i>cost-to-income</i>	53,75 %	53,34 %	53,84 %	54,42 %	53,79 %	57,55 %
<b>Liquidez e gestão de fundos</b>						
Rácio Activos Líquidos/Depósitos totais	67,98 %	68,54 %	69,49 %	44,77 %	49,62 %	51,07 %
Rácio Activos Líquidos/Total do Activo	47,89 %	48,65 %	50,50 %	30,72 %	34,36 %	34,92 %
Rácio de cobertura de liquidez de curto prazo	68,30 %	68,81 %	69,79 %	42,07 %	47,42 %	47,73 %
Rácio de transformação dos depósitos em crédito	50,22 %	48,07 %	47,06 %	49,35 %	44,90 %	43,40 %

